

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora

Capital Social 1.000.000.000 Euros

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o
número único de matrícula e identificação 501 532 927**

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017

Relatório de Gestão

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade de retalho do grupo.

1 ATIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2017, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 5.590 milhões de euros - o que representa um acréscimo de 7,1% face ao ano anterior.

Neste mesmo período, o *cash-flow* operacional (EBITDA direto) consolidado da Empresa atingiu 340 milhões de euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 6,1%, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

Na evolução da atividade dos negócios da Empresa destacamos os seguintes aspetos:

O Volume de negócios da **Sonae MC** foi de 3.884 milhões de euros em 2017, representando um aumento de 5,4% quando comparado com 2016. Esta evolução foi impulsionada pela expansão da rede de lojas (com a abertura de 19 lojas Continente Bom Dia, 1 Continente Modelo e 19 lojas Well's) e por uma variação de vendas no universo comparável de lojas de 1,2% como resultado de um conjunto de medidas implementadas com o objetivo de fortalecer a proposta de valor da Sonae MC. Este desempenho operacional permitiu à Sonae MC reforçar, uma vez mais, a sua liderança de mercado, provando assim o sucesso da sua proposta de valor.

Em 2017, a margem *underlying* EBITDA foi de 5,5%, diminuindo 20 pontos base em comparação com 2016 e correspondendo a um *underlying* EBITDA de 213 milhões de euros. O desempenho em termos homólogos é resultado das novas aberturas de lojas, do ambiente competitivo do mercado alimentar português e do investimento contínuo nas avenidas de crescimento da Sonae MC.

Durante 2017, a Sonae MC reforçou a sua presença no negócio de Health and Wellness, tendo aumentado a variedade de produtos saudáveis nas lojas Continente e adquirido 51% da Go Natural e 100% dos supermercados Brio – a primeira cadeia de supermercados orgânicos lançada em Portugal – e aberto a primeira clínica Dr. Well's, especializada em medicina dentária e medicina estética. O investimento no negócio de Health and Wellness foi definido como sendo um importante objetivo estratégico para a Sonae MC.

Em 2017, o volume de negócios da **Worten** registou uma forte evolução, aumentando 10,2% em termos homólogos e ultrapassando pela primeira vez mil milhões de euros. Este desempenho foi motivado por uma variação de vendas no universo comparável de lojas de 7,7% em 2017, igualmente suportado por um crescimento muito positivo da operação *online*, que cresceu 60% em relação a 2016.

Este desempenho permitiu à Worten continuar a aumentar a sua quota de mercado em Portugal e Espanha, tanto no canal *online* como no canal *offline*.

Durante 2017, a Worten foi ainda capaz de continuar a melhorar a produtividade da área de venda como resultado do desempenho positivo das vendas e da otimização da rede de lojas. O *underlying* EBITDA melhorou 29,6% para 34 milhões de euros em 2017, aumentando a margem em 50 pontos base para 3,4%.

Na **Sonae Sports & Fashion**, o volume de negócios totalizou 589 milhões de euros em 2017, +11,7% face ao ano anterior, beneficiando não só da consolidação da Salsa mas também da evolução positiva dos restantes negócios. Relativamente à variação de vendas no universo comparável de lojas, todos os negócios registaram valores positivos em 2017, à exceção da Sport Zone. O 4T17 foi fortemente impactado pelas condições meteorológicas em outubro, que conduziram a um arranque tardio da estação e, conseqüentemente, afetaram o desempenho das vendas e da rentabilidade.

O *underlying* EBITDA aumentou 12 milhões de euros em comparação com 2016, para 20 milhões de euros, devido à contribuição positiva de todos os negócios do portefólio original acrescido do efeito da consolidação da Salsa.

Como principais concretizações de 2017 na Sonae Sports & Fashion, destacamos o seguinte:

- A Salsa expandiu e diversificou os seus negócios, concentrando-se na internacionalização como principal motor de crescimento. Para além de investimento direto em lojas, a Salsa acelerou o seu processo de internacionalização através do *wholesale*, ao entrar em novos países como a Itália e a Grécia e ao abrir franquias no Catar e em Angola.
- A Zippy prosseguiu a sua estratégia de expansão internacional, terminando 2017 com 122 lojas em 21 países. Durante 2017, a Zippy abriu uma *flagship* com 600 m² no Dubai Mall, um centro comercial de referência internacional, reforçando a sua forte presença no Médio Oriente, onde conta com 34 lojas na Arábia Saudita, Turquia, Líbano, Catar e Emirados Árabes Unidos.
- Já em 31 de janeiro de 2018, foi concluído o acordo para a combinação da JD Sprinter e Sport Zone, criando o Iberian Sports Retail Group (ISRG), o segundo maior retalhista da Ibéria no setor de desporto.

O volume de negócios da **Sonae RP** permaneceu em linha com o ano anterior, totalizando 92 milhões de euros em 2017. O *underlying* EBITDA fixou-se em 80 milhões de euros, representando uma margem de *underlying* EBITDA de 87,3%.

No final de 2017, o portefólio da Sonae RP incluía 20 lojas Continente, 60 lojas Continente Modelo e 30 lojas Continente Bom Dia, correspondendo a um valor contabilístico bruto de 1.266 milhões de euros, e a um valor contabilístico líquido de 903 milhões de euros.

Durante 2017, a Sonae RP concluiu duas transações de *Sale and Leaseback* de 5 ativos de retalho no montante de 37 milhões de euros e com um ganho de capital de aproximadamente 11 milhões de euros.

Consequentemente, no final do ano, o *freehold* da Sonae MC situou-se nos 47%. Quanto ao *freehold* do retalho especializado (Worten e Sonae Sports & Fashion) foi 20% em 2017.

O volume de negócios da **Sonae FS** atingiu 24 milhões de euros, crescendo 38,9% quando comparado com 2016. O *underlying* EBITDA situou-se em 3,4 milhões de euros melhorando 3 milhões de euros em termos homólogos e correspondendo a uma margem de 13,9%.

Relativamente à operação do Cartão Universo, em 2017, o número de subscritores ultrapassou os 600 mil e a produção total do Universo totalizou 580 milhões, aumentando 41,2% face a 2016.

Em termos consolidados, ao longo do ano em apreço, o resultado líquido consolidado direto da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 47,1 milhões de euros, diminuindo 41 milhões de euros face a 2016, impactado pelas mais-valias imobiliárias registadas em 2016.

O resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Acionistas da Empresa-mãe ascendeu a 27,6 milhões de euros, que compara com 80 milhões de euros no ano anterior.

2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou, ao longo de 2017, um investimento global de 295 milhões de euros. Este valor destinou-se, entre outras aplicações, à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portefólio de 1.321 unidades e uma área de venda instalada de 1.116 mil m² (crescendo 3% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios da **Sonae MC** ascendeu a 164 milhões de euros, que incluem o investimento destinado à expansão do parque de lojas, nomeadamente a abertura de 19 lojas Continente Bom Dia, 1 Continente Modelo e 19 lojas Well's.
- O investimento da **Worten** atingiu os 45 milhões de euros.
- A **Sonae Sports & Fashion** totalizou um investimento de 40 milhões de euros. Durante 2017, foi dada continuidade à consolidação da rede de lojas nos mercados internacionais, sendo que, no final de 2017, a Sonae Sports & fashion detinha, no conjunto das suas insígnias, um total de 222 lojas fora de Portugal, incluindo 118 sob regime *de franchising*.
- O montante investido pelo segmento da **Sonae RP** totalizou 41 milhões de euros em 2017, representando menos 21 milhões de euros quando comparado com 2016.

3 PERSPETIVAS

Em 2018, espera-se que o crescimento global acelere para +3,9%, apoiado por uma sincronização mais forte da atividade nos países avançados e emergentes. A economia deverá permanecer suportada pelos atuais motores de crescimento, nomeadamente a forte criação de emprego, combinada com novos impulsos, tais como a retoma do comércio internacional e a recuperação do investimento empresarial. Além disso, as perspetivas para os exportadores de *commodities* são também mais positivas, pois é expectável que o preço deste recurso continue a tendência positiva iniciada no ano passado.

Os novos impulsos deverão mais do que compensar as forças restritivas que também se farão sentir, nomeadamente a normalização da política monetária. Não obstante, os riscos permanecem

globalmente negativos, sobretudo relacionados com o aperto das condições financeiras, a recuperação da inflação, o abrandamento económico na China ou a escalada das tensões geopolíticas.

Em Portugal o cenário de curto prazo tornou-se significativamente mais sólido. O crescimento do PIB deverá desacelerar ligeiramente para +2,2%, enquanto a economia continua a realizar uma mudança gradual orientada para um modelo de crescimento mais sustentável, suportado por exportações dinâmicas e pela recuperação do investimento, num enquadramento global favorável.

O crescimento do consumo privado em termos reais permanecerá robusto em torno de +2% em 2018 em linha com a evolução do rendimento disponível. Com a taxa de poupança mantendo-se em níveis historicamente baixos, a despesa deverá ser suportada pela criação ainda sólida de emprego num contexto de ganhos salariais moderados.

As perspetivas para Espanha também são favoráveis, estima-se que o PIB expanda +2,4%, em significativa desaceleração face à taxa observada nos últimos três anos, mas ainda assim uma das mais elevadas entre as economias avançadas. No entanto, o nível de incerteza desta projeção é superior ao habitual, relacionada com os impactos, ainda imprevisíveis, que a turbulência política na Catalunha poderá ter na confiança do consumidor e nas decisões de investimento.

O consumo das famílias deverá permanecer dinâmico apesar de se esperar alguma perda de fulgor (+1,9% em termos reais vs. +2,4% em 2017), à medida que o ritmo de criação de emprego abranda, o suporte da política fiscal se dissipa e o impacto da política monetária se reduz. Esta moderação deverá ser mais pronunciada nos bens duradouros, nomeadamente carros, cujas vendas já se encontram próximas do nível pré-crise.

Em suma, as perspetivas para a Ibéria são globalmente positivas, ambas as economias deverão continuar a registar um sólido crescimento do PIB e do consumo das famílias, permanecendo, contudo, numa trajetória de sustentabilidade.

4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

5 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Nos termos do nº7 dos respetivamente dos arts 66-B e 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, a sociedade encontra-se isenta da obrigação de apresentação de demonstração não financeira individual ou consolidada, porquanto essa informação encontra-se incluída no relatório consolidado e relatório de sustentabilidade apresentado pela sua empresa-mãe Sonae, SGPS, SA .

6 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 1 de fevereiro de 2018, a Sonae anunciou a conclusão do acordo com a JD Sports Fashion Plc, a Balaiko Firaja Invest S.L. e a JD Sprinter Holdings2010, S.L. (JD Sprinter), que visa a combinação da JD Sprinter com a Sport Zone, inicialmente anunciado ao mercado a 14 de setembro de 2017. Informação adicional sobre esta transação encontra-se reportada na nota 48 das Demonstrações Financeiras anexas a este relatório.

7 AÇÕES PRÓPRIAS

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sonae Investimentos, SGPS, SA detinha, através da sua participada Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social.

8 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 843.784,45 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

Reserva Legal	42.190,00 euros
Reservas Livres	801.594,45 euros
Total	843.784,45 euros

9 AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e acionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 23 de abril de 2018

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de abril de 2018

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Glossário

Volume de negócios

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

EBITDA

Underlying EBITDA + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes;

“Underlying” EBITDA

total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas de imparidade;

EBIT Direto

EBT direto - resultado financeiro;

EBT direto

Resultado direto antes de interesses sem controlo e impostos;

Resultado direto

Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;

Resultado indireto

Inclui resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes;

Investimento (CAPEX)

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições;

Fundo de manei

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das atividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros ativos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Capital investido Líquido

Dívida líquida+ Capital próprio;

ANEXOS

Declaração nos termos do Artº 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 23 de abril de 2018

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação do número de ações e outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas nos termos do artigo 248º B do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso do exercício em análise:

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***) (****)						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					Minoritário	
Migracom, SA (9)					Dominante	
Sonae - SGPS, SA (3)						805.730
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	31-03-2017	410.002	0,047			
Venda	03-04-2017			410.002	0,938	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)						
Sonae - SGPS, SA (3)						212.987
Ações adquiridas em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	31-03-2017	348.739	0,047			
Venda	24-08-2017			300.000	0,964	
Venda	25-08-2017			50.000	0,961	
Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (11)					Dominante	
Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (12)					Dominante	

	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2017	Saldo em 31.12.2017
	Data	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade		
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Dominante	
Pareuro, BV (2)					Dominante	
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA (3)					Dominante	
(3) Sonae, SGPS, SA						
Sonae Investments, BV (6)					Dominante	
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						250.286.683
Sonaecenter, Serviços, SA (5)					Dominante	
(4) Sonae Investimentos, SGPS, SA						
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (8)					Dominante	
(5) Sonaecenter, Serviços, SA						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						518.269.127
(6) Sonae Investments BV						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (7)					Dominante	
(7) Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						25.000
(8) Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA						
Sonae Investimentos, SGPS, SA (4)						100.000.000
(9) Migracom, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (10)					Minoritária	
(10) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
(11) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA						
Sonae, SGPS, SA (3)					Minoritária	
(12) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA						
Sonae - SGPS, SA (3)					Minoritária	

(*) administrador da Sociedade

(**) administrador da Sonae, SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (3)

(***) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (1)

(****) administrador da sociedade Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (10)

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Através da Sonae, SGPS, SA	250.286.683	25,03%	27,81%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,14%	14,60%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,00%	0,00%
Através da Sonaecenter, Serviços, SA	518.269.127	51,83%	57,59%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (II)	100.000.000	10,00%	-
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000.000.000	100,00%	100,00%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2017

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

(I) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

(II) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida diretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA

Relatório do Governo das Sociedades

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

RELATÓRIO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários e artigos 2º e 3º da Lei 28/2009 de 19 de Junho.

Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade – alínea c) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Participações qualificadas

Acionistas que detêm participação igual ou superior a 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

Acionista	Nº de ações	% Capital social e direitos de voto*	% Direitos de voto passíveis de exercício**
Efanor Investimentos, SGPS, SA (I)			
Através da Sonae, SGPS, SA	250.286.683	25,03%	27,81%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,14%	14,60%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,00%	0,00%
Através da Sonaecenter, Serviços, SA	518.269.127	51,83%	57,59%
Através da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA (II)	100.000.000	10,00%	-
Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000.000.000	100,00%	100,00%

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade até 31 de dezembro de 2017

* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º do Código dos Valores Mobiliários

** Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso

(I) A Efanor Investimentos SGPS, SA deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

(II) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA é detida diretamente a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA

Ponto 2 - Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos – alínea d) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem acionistas com direitos especiais.

Ponto 3 – Eventuais restrições em matéria de direito de voto – alínea f) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos acionistas com direito a voto, possuidores de ações ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas assembleias gerais de acionistas titulares de ações preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada ação corresponde um voto.

Os acionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas coletivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os acionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de acionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das ações ou pelo seu representante legal, devendo o acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa coletiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o ato.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, o disposto na alínea b) anteriormente referida, é permitido a um acionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os acionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objeto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade – alínea h) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 2 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, na falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição de administrador se efetue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

- a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados acionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;
- b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital - alínea i) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de ações a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi renovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

Ponto 6 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira - alínea m) do número 1 do artigo 245º-A, do Código dos Valores Mobiliários.

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação da informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;

- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas dos serviços administrativos do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;
- Os Relatórios de Gestão e de Governo da Sociedade são preparados com contribuição de equipas multidisciplinares da sociedade;
- O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois de aprovados, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria Externa;
- O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e

analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade anual, o Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efetuado à informação financeira;

- Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas na Nota 2.18 e em outras notas do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e as transações com partes relacionadas – Os saldos e transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados no anexo às demonstrações financeiras – Nota 44. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações desenvolvidas no passado, durante 2016 a Sonae Investimentos continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
- Análise de conformidade – A função legal, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de

governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Anexo ao Relatório Anual de Gestão.

Ponto 7 – Política de Remuneração dos Órgãos Sociais – artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 28 de abril de 2017, foi aprovada a política de remuneração dos órgãos sociais, subordinada aos seguintes princípios:

1. Princípios da Política de Remuneração e Incentivos.

A política de remuneração e incentivos aplicável aos órgãos sociais e quadros diretivos adere às grandes linhas e aos princípios enformadores da política de remuneração e incentivos aprovada pelos órgãos competentes da Sonae, SGPS, S.A., sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus.

Os planos retributivos são definidos tendo por referência estudos de mercado relativos aos “Top Executives” Portugal e Europa e posicionam-se na mediana do mercado para a remuneração fixa e no terceiro quartil para a remuneração variável em circunstâncias comparáveis.

A componente fixa da remuneração está alinhada, nos seus limites, com os standards do mercado, os quais são aferidos pela equivalente praticada nas sociedades comparáveis.

A componente dos incentivos, de caráter casuístico e não vinculativo para as sociedades dominadas, está sujeita a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis - indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos potenciais beneficiários em cada exercício social.

2. Em concretização dos princípios formulados, a remuneração e compensação dos órgãos sociais e quadros diretivos da Sonae Investimentos e respetivas sociedades dominadas, obedece às seguintes regras, a serem individualmente aplicadas considerando a estrutura de governo de cada sociedade:

Administradores executivos.

Os planos retributivos individuais são definidos em função dos níveis de responsabilidade de cada administrador executivo e serão revistos anualmente. A cada administrador executivo é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os administradores executivos estão classificados nos grupos funcionais “Group Senior Executive” (G1) e “Senior Executive” (G2). As classificações funcionais estão estruturadas tendo por base o modelo internacional Hay de classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

A política integra concretamente (i) uma remuneração fixa tendo por referência o período de um ano civil, sendo estes valores pagos em prestações mensais e (ii) Incentivos de curto e de médio prazo cuja atribuição não constitui uma obrigação das sociedades dominadas e que obedecem às seguintes regras:

(a) o Prémio Variável de Curto Prazo visa recompensar a concretização de objetivos definidos anualmente, que se encontram associados aos “Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs) e aos “Personal Key Performance Indicators” (KPIs Individuais). Os Business KPIs representam 70% (setenta por cento) é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade. Os restantes 30% (trinta por cento) derivam de KPIs Individuais, que combinam indicadores objetivos e subjetivos. Os valores apurados resultam do desempenho real (resultados do negócio/ contributos individuais) e poderão variar entre 0% (zero por cento) e 140% (cento e quarenta por cento) do prémio objetivo fixado. Este Incentivo será determinado por referência ao desempenho do ano imediatamente anterior e será liquidado no primeiro trimestre do ano civil em que seja atribuído, sendo essa liquidação realizada com estrita observância do normativo legal e em modalidades que melhor correspondam às condições concretas de cada sociedade, nomeadamente através de participação nos resultados, quando assim deliberado em Assembleia Geral.

(b) o Prémio Variável de Médio Prazo tem por objetivo o reforço da ligação dos administradores executivos à empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da empresa. O valor atribuído corresponde a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do prémio variável total.

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, considerando o ano a que diz respeito e o período de diferimento de três anos.

O valor atribuído em euros será dividido pelo preço médio de cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado para

quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Share Returns) durante um período de diferimento de 3 anos. Durante este período de deferimento, o valor do prémio, convertido em ações, será ainda corrigido pelo grau de cumprimento dos KPIs de médio prazo, de modo a garantir a continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos administradores executivos com os interesses de médio prazo da sociedade e de acordo com a política de remunerações do Grupo Sonae, poderá graduar-se o percentual de desconto conferido aos administradores executivos na aquisição de ações, determinando uma comparticipação na aquisição das ações a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com limite máximo de 5% (cinco por cento) do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

Na data do vencimento, a Sociedade tem a opção pela entrega, em sua substituição do seu correspondente valor em numerário.

Administradores não executivos

Não é atribuída remuneração ou incentivos aos administradores não executivos.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da sociedade é composta exclusivamente por uma componente fixa na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão tendo por referência a prática do mercado, sobre a supervisão do Conselho Fiscal.

Quadros Diretivos

Aos quadros diretivos elegíveis é aplicável, com as devidas adaptações, os princípios descritos para a remuneração e incentivos dos administradores executivos.

3. Mais foi deliberado relativamente à Sonae Investimentos que:

Aos administradores da Sonae Investimentos não é atribuída qualquer remuneração fixa ou incentivos.

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral desta sociedade é composta por uma quantia fixa que foi determinada em função das características da sociedade e das práticas de mercado.

4. Divulgação das remunerações

Remuneração do Conselho de Administração

Remuneração paga e atribuída

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pela Sociedade.

A remuneração atribuída pelas sociedades dominadas do Grupo a cada um dos Administradores da Sonae Investimentos foi o seguinte:

	31 dezembro 2016				31 dezembro 2017			
	Remuneração Fixa	PVCP	PVMLP	Total	Remuneração Fixa	PVCP	PVMLP	Total
Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho	313.713	175.400	175.400	664.513	327.530	177.300	177.300	682.130
Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas	362.219	153.400	153.400	669.019	369.255	189.700	189.700	748.655
Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis	308.953	168.200	168.200	645.353	309.050	214.800	214.800	738.650
Total	984.885	497.000	497.000	1.978.885	1.005.835	581.800	581.800	2.169.435

Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017
Armando Luis Vieira de Magalhães	7.900	7.900
António Augusto Almeida Trabulo	7.900	7.900
Maria José Martins Lourenço da Fonseca	9.900	9.900
Total	25.700	25.700

Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de faturação à Sonae Investimentos em 2017, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

	31 dezembro 2016		31 dezembro 2017	
Auditoria e revisão legal de contas	368.487	58%	342.101	55%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	81.055	13%	69.000	11%
Outros serviços	180.500	28%	210.700	33%
Total	630.042	100%	621.801	100%

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade representa 66% dos honorários totais. Os outros serviços representam 33% dos honorários totais e foram objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2017: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos e ações de formação efetuadas.

Em 2017, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (aditada esta disposição pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017
Presidente	3.750	3.750
Secretária	1.500	1.500
Total	5.250	5.250

Matosinhos, 23 de abril de 2018

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de abril de 2018

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

**Demonstrações financeiras
consolidadas**

**DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso Nota 4
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	8	1.647.932.404	1.602.400.467
Ativos intangíveis	9	342.916.302	332.952.435
Goodwill	10	553.339.386	544.073.187
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	11	41.442.483	51.061.617
Outros investimentos	7 e 12	12.323.383	10.910.648
Ativos por impostos diferidos	19	56.857.992	49.861.522
Outros ativos não correntes	7 e 13	20.152.898	15.315.834
Total de ativos não correntes		2.674.964.848	2.606.575.710
ATIVOS CORRENTES:			
Inventários	14	713.020.919	696.012.657
Clientes	7 e 15	85.264.416	74.652.149
Outras dívidas de terceiros	7 e 16	65.603.853	115.773.687
Estado e outros entes públicos	17	67.709.755	44.761.264
Outros ativos correntes	18	54.251.965	64.231.139
Investimentos	7 e 12	179.881	4.207.972
Caixa e equivalentes de caixa	7 e 20	162.378.843	119.726.191
Total de ativos correntes		1.148.409.632	1.119.365.059
Ativos não correntes detidos para venda	21	782.540	19.522.549
TOTAL DO ATIVO		3.824.157.020	3.745.463.318
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	22	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	22	(320.000.000)	(320.000.000)
Reservas legais		174.845.768	170.940.266
Reservas e resultados transitados		(188.932.350)	(224.248.153)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		27.632.093	80.471.632
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		693.545.511	707.163.745
Interesses sem controlo	23	92.016.336	83.289.108
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		785.561.847	790.452.853
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	337.457.361	281.274.913
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	282.306.545	340.006.858
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	708.477	953.990
Outros empréstimos	7 e 24	12.030	1.335.080
Outros passivos não correntes	7 e 27	415.789.765	420.960.111
Passivos por impostos diferidos	19	122.806.483	102.014.515
Provisões	32	14.659.973	16.006.272
Total de passivos não correntes		1.173.740.634	1.162.551.739
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos bancários	7 e 24	121.452.497	177.408.427
Empréstimos obrigacionistas	7 e 24	57.970.806	7.998.517
Credores por locações financeiras	7, 24 e 25	491.416	550.624
Outros empréstimos	7 e 24	1.323.416	370.147
Fornecedores	7 e 29	1.177.803.570	1.123.715.076
Outras dívidas a terceiros	7 e 30	144.957.392	155.838.792
Estado e outros entes públicos	17	85.027.366	70.345.394
Outros passivos correntes	31	270.217.693	241.301.005
Provisões	32	5.610.383	3.204.001
Total de passivos correntes		1.864.854.539	1.780.731.983
Passivos não correntes detidos para venda	21	-	11.726.743
TOTAL DO PASSIVO		3.038.595.173	2.955.010.465
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.824.157.020	3.745.463.318

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vendas	36	5.473.297.856	5.127.391.604
Prestações de serviços	36	116.259.162	90.689.599
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	37	(9.217.432)	6.595.232
Rendimentos e ganhos financeiros	38	2.993.358	3.888.196
Outros rendimentos	39	788.709.425	768.203.283
Custo das vendas	14	(4.548.199.033)	(4.233.574.770)
Variação da produção	14	351.870	1.273.422
Fornecimentos e serviços externos	40	(706.832.046)	(665.369.752)
Gastos com o pessoal	41	(706.354.910)	(659.244.905)
Amortizações e depreciações	8 e 9	(187.990.954)	(170.339.340)
Provisões e perdas por imparidade	32	(8.773.550)	(12.757.903)
Gastos e perdas financeiras	38	(54.064.729)	(60.459.881)
Outros gastos	42	(81.718.300)	(71.909.136)
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	11	(3.554.143)	(5.940.454)
Resultado antes de impostos das operações continuadas		74.906.574	118.445.195
Imposto sobre o rendimento	43	(39.231.049)	(30.978.216)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		35.675.525	87.466.979
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas		-	(409.391)
Resultado líquido consolidado do exercício		35.675.525	87.057.588
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:			
Operações continuadas		27.632.093	80.676.328
Operações descontinuadas		-	(204.696)
		27.632.093	80.471.632
Atribuível a Interesses sem controlo			
Operações continuadas	23	8.043.432	6.790.652
Operações descontinuadas	23	-	(204.696)
		8.043.432	6.585.956
Resultados por ação			
Das operações continuadas			
Básico	45	0,030702	0,089640
Diluído	45	0,030702	0,089640
Das operações descontinuadas			
Básico	45	-	0,000227
Diluído	45	-	0,000227

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO LÍQUIDO E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

<i>(Montantes expressos em euros)</i>	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Resultado líquido consolidado do exercício	35.675.525	87.057.588
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação nas reservas de conversão cambial	2.173.444	(490.637)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 11.3)	(1.554.325)	2.246.281
Variação do justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(2.270.604)	2.174.376
Imposto relativo às componente do outro rendimento integral	498.915	(440.149)
Outro rendimento integral do exercício	(1.152.570)	3.489.871
Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados	-	-
Items de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados	-	-
Total rendimento integral consolidado do exercício	34.522.955	90.547.459
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	26.458.799	83.876.995
Interesses sem controlo	8.064.156	6.670.464

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Montantes expressos em euros)	Reservas e resultados transitados								Resultado líquido do exercício	Total	Interesses sem controlo (Nota 23)	Total do capital próprio
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de conversão cambial	Reservas de cobertura	Reservas nos termos do artº 324º do CSC	Outras reservas e resultados transitados	Total				
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	1.058.142	272.949	320.000.000	(578.864.402)	(257.533.311)	70.039.847	663.446.802	52.292.885	715.739.687
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(516.374)	1.675.456	-	2.246.281	3.405.363	80.471.632	83.876.995	6.670.464	90.547.459
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2015												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	70.039.847	70.039.847	(70.039.847)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(114.810)	(40.114.810)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.235.677)	(1.235.677)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.261.711	27.261.711
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(109.681)	(109.681)	-	(109.681)	144.968	35.287
Outros	-	-	-	-	-	-	(50.371)	(50.371)	-	(50.371)	1.247	(49.124)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Publicado	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	85.020.788	792.184.533
Efeito da reexpressão (Nota 4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.731.680)	(1.731.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	83.289.108	790.452.853
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.000.000.000	(320.000.000)	170.940.266	541.768	1.948.405	320.000.000	(546.738.326)	(224.248.153)	80.471.632	707.163.745	83.289.108	790.452.853
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	2.161.540	(1.780.509)	-	(1.554.325)	(1.173.294)	27.632.093	26.458.799	8.064.156	34.522.955
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2016												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.905.502	-	-	-	76.566.130	76.566.130	(80.471.632)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)	-	(40.000.000)	(1.162.225)	(41.162.225)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.244.305)	(2.244.305)
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772.948	3.772.948
Constituição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000	400.000
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(32.565)	(32.565)	-	(32.565)	(110.864)	(143.429)
Outros	-	-	-	-	-	-	(44.468)	(44.468)	-	(44.468)	7.518	(36.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.000.000.000	(320.000.000)	174.845.768	2.703.308	167.896	320.000.000	(511.803.554)	(188.932.350)	27.632.093	693.545.511	92.016.336	785.561.847

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

<i>(Montantes expressos em euros)</i>	Notas	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5.603.698.511	5.217.312.588
Pagamentos a fornecedores		(4.500.977.597)	(4.346.697.289)
Pagamentos ao pessoal		(696.749.457)	(649.776.948)
Fluxos gerados pelas operações		405.971.457	220.838.351
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(23.205.539)	(9.346.435)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(10.934.409)	6.010.742
Fluxos das atividades operacionais (1)		371.831.509	217.502.658
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	21.553.039	3.916.954
Ativos fixos tangíveis		39.862.508	230.291.643
Ativos intangíveis		130.463	411.785
Juros e rendimentos similares		1.035.684	1.446.885
Empréstimos concedidos	33	651.118	-
Dividendos		130.450	453.396
Outros		9.258	1.653
		63.372.520	236.522.316
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	(11.124.773)	(72.748.580)
Ativos fixos tangíveis		(233.179.297)	(235.191.461)
Ativos intangíveis		(46.871.036)	(32.266.725)
		(291.175.106)	(340.206.766)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(227.802.586)	(103.684.450)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	1.213.187	343.373
Empréstimos obtidos	33	5.527.621.977	5.916.228.568
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		400.000	-
Outros		2.287	-
		5.529.237.451	5.916.571.941
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	46	(1.504.253)	(28.688)
Empréstimos obtidos	33	(5.520.590.308)	(5.905.248.296)
Juros e gastos similares		(49.794.134)	(57.382.527)
Dividendos e distribuição de rendimentos		(43.406.530)	(41.371.928)
Outros		-	(878.129)
		(5.615.295.225)	(6.004.909.568)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(86.057.774)	(88.337.628)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		57.971.149	25.480.580
Efeito das diferenças de câmbio		404.557	(75.021)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	101.996.613	76.441.012
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	159.563.205	101.996.613

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 11, 12 e 50 como Grupo Sonae Investimentos (“Sonae Investimentos”), cujas atividades principais se encontram descritas na Nota 6.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2017. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2017:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---	---

IAS 7 (alteração) – Demonstração de fluxos de caixa (vêm introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento)	01 jan 2017
--	-------------

IAS 12 (alteração) – Imposto sobre o rendimento (vêm clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas)	01 jan 2017
--	-------------

As alterações do IAS 7 exigem a divulgação de informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas obrigações que são criadas pelas atividades de financiamento da entidade, independentemente destas alterações terem, ou não, impacto nos fluxos de caixa, tais como i) alterações nos fluxos de caixa de financiamento; ii) alterações que resultem de obtenção ou perda de controlo em subsidiárias ou outras concentrações; iii) efeito de alterações de taxas de câmbio, ou iv) variações de justo valor. A divulgação desta informação está incluída na Nota 33.

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2017, no entanto os impactos não foram significativos nas demonstrações financeiras anexas, para além das divulgações mencionadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
---	---

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura)	01 jan 2018
--	-------------

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes (vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes)	01 jan 2018
IFRS 16 – Locações (princípios de reconhecimento e mensuração)	01 jan 2019
IFRS 15 (alteração) – Rédito de contratos com clientes (vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos)	01 jan 2018
IFRS 4 (alteração) – Contratos de seguro (proporcionam orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9)	01 jan 2018
IFRS 2 (alteração) – Pagamentos com base em ações (vêm introduzir diversas clarificações na norma relacionadas como registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada)	01 jan 2018
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	01 jan 2017 e 01 jan 2018
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamentos (vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.	01 jan 2018
IAS 40 (alteração) – Propriedades de investimento (clarificam que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo)	01 jan 2018
IFRS 9 (alteração) – Características de pré-pagamento com compensação negativa	01 jan 2019

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras de exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas com exceção do IFRS 16.

A IFRS 16 define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de locações, substituindo a IAS 17 – Locações e respetivas orientações interpretativas.

A IFRS 16 distingue locações e contratos de serviços tendo em consideração se é identificado um ativo que passe a ser controlado. As distinções de locações operacionais (fora do balanço) e as locações financeiras (incluídas no balanço) são eliminadas ao nível do locatário e são substituídas por um modelo em que é contabilizado um ativo identificado com um direito de uso e um passivo correspondente para todos os contratos de locação, exceto para os contratos de curto prazo (até 12 meses) e de baixo valor.

O “direito de uso” é inicialmente mensurado ao custo e subsequentemente ao custo líquido de depreciações e imparidades, ajustado pela remensuração do passivo da locação. O passivo da locação é inicialmente mensurado a com base no valor presente das responsabilidades da locação à data. Subsequentemente, o passivo da locação é ajustado pela atualização financeira do referido valor, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

A 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha responsabilidades relativas a locações operacionais na ordem dos 1,2 mil milhões de euros, valor não descontado para o momento presente. O IAS 17 não exigia o reconhecimento do direito de uso como ativo nem dos pagamentos futuros como passivo, mas apenas algumas divulgações identificadas na Nota 35.

À data da publicação destas demonstrações financeiras consolidadas a Sonae Investimentos está a proceder à inventariação dos contratos de locação existentes, estando em curso a sua análise e enquadramento técnicos tendo em consideração as disposições da IFRS 16.

Adicionalmente, encontra-se a rever os sistemas de informação existentes por forma a aferir em que medida será necessário proceder à sua adaptação face aos requisitos desta norma. Nesta fase, não é possível estimar a magnitude dos impactos inerentes à sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2017:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 17 – (Contratos de Seguro)	01 jan 2021
IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento (procura esclarecer a contabilização de questões fiscais que ainda não foram aceites pelo fisco)	01 jan 2019
IAS 28 (alteração) – Juros de longo prazo em investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01 jan 2019
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	01 jan 2019
IAS 19 (alteração) – Alterações, reduções ou liquidações dos planos de benefícios do emprego	01 jan 2019
Alterações à estrutura conceptual dos IFRS	01 jan 2020

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae Investimentos:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae Investimentos

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae Investimentos detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre, resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae Investimentos sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem Controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 50.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae Investimentos optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses sem controlo.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae Investimentos, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 11.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica "Goodwill" (Nota 10) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas" (Nota 11). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a

operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de Conversão” incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Resultados Transitados”.

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses sem controlo, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,25171	0,27834	0,29150	0,26105
Lira Turca	0,21995	0,24336	0,26975	0,29955
Metical Moçambicano	0,01418	0,01399	0,01327	0,01489
Peso Colombiano	0,00028	0,0003	0,00032	0,0003
Peso Mexicano	0,04226	0,04696	0,04593	0,04846
Zloty Polaco	0,23941	0,23494	0,22674	0,22924

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de

desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de "Trabalhos para a Própria Empresa" (Nota 39).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A análise de transferência de riscos e benefícios inerentes à posse do ativo toma em consideração diversos fatores, nomeadamente, se a posse está ou não contratualmente condicionada a assumir a propriedade do bem, o valor de pagamentos mínimos a efetuar ao abrigo do contrato, a natureza do ativo sob locação e a duração do contrato tendo em consideração a possibilidade de renovação nas situações em que tal renovação é considerada provável.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae Investimentos age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos classificados como locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos

fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Eventuais incentivos à locação, recebidos, são registados como passivo e reconhecidos linearmente ao longo do período do contrato. De igual forma valores a compensar com rendas futuras são reconhecidos como ativo e revertidos ao longo do período de locação.

b) Locações em que a Sonae Investimentos age como locador

As locações em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

c) Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados anteriormente sobre contratos de locação. No caso de venda de ativos seguidos da celebração de contratos de locação operacional, é reconhecido o proveito associado ao justo valor do ativo alienado deduzido do valor contabilístico do ativo locado. Nas situações em que os ativos são vendidos por um montante superior ao seu justo valor ou quando o Grupo recebe um preço superior como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.6 Ativos e passivos não correntes detidos para venda

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

2.7 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.8 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espectavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.10 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”, bem como as reversões de imparidade.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.12 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 7.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é, usualmente, o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos disponíveis para venda que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados. Um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo também constitui prova objetiva de imparidade.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de “Ganhos e perdas em investimentos registado ao justo valor através de resultados” da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos concedidos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae Investimentos fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 7.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber". Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae Investimentos tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.9. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Confirming

Algumas subsidiárias mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

h) Instrumentos derivados

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae Investimentos definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura”, são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável. As reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae Investimentos utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (“forwards”) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Podem existir algumas situações, em que as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos ou coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae Investimentos pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente “forwards” cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas

através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae Investimentos pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

i) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

k) Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.) e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira.

2.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.14 Imposto sobre o rendimento e outros impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

As empresas do Grupo Sonae Investimentos estão inseridas no grupo de empresas dominado pela Sonae, SGPS, S.A. e tributado de acordo com Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (“RETGS”), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a pagar ou a receber são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira empresas relacionadas.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo, pelo que apenas a sociedade dominante releva os montantes correspondentes a tais prejuízos fiscais, sem que dê origem a qualquer fluxo financeiro, sendo certo que até ao exercício anterior (2016) esses prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do grupo eram compensados pela entidade dominante do grupo, na medida em que se refletiriam numa menor tributação ao nível do grupo.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae Investimentos sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae Investimentos, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise, reconfirme o posicionamento do Grupo concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50% a Sonae Investimentos trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros) ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.15 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo segmento Retalho Especializado, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 27 e 31).

Os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.16 Proveitos Suplementares

Os proveitos suplementares referem-se fundamentalmente a receitas comerciais que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores e outros parceiros que têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade em loja, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de parceiros. As receitas comerciais deverão estar formalizadas contratualmente, com a identificação das datas para a prestação do serviço ou para a campanha promocional e acordo de valor com o parceiro, sendo os referidos valores são registados como outros proveitos operacionais tendo em consideração as datas de execução das campanhas em concreto, exceto quando relacionados diretamente com vendas de produtos específicos, situação em que são registados como dedução à rubrica de custos das vendas. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em futuros pagamentos de faturas ou através da cobrança direta a parceiros. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito ao fornecedor respetivo, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae Investimentos contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.12.h)).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

2.21 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta

reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.12.h), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados

como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2017 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos, não superior a 6 milhões de euros (5,5 milhões de euros em 2016), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os montantes de ativos e passivos (em euros) denominados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Euro	38.440	18.307	17.686.897	6.630.543
Real Brasileiro	-	-	2.166	4.213
Libra Inglesa	3.817	8.937	78.232	548.985
Dólar Americano	5.870.858	3.542.459	26.959.880	23.355.569
Outras moedas	227.759	663	107.749	136

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e à magnitude do seu valor líquido a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo, assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.2 Risco de Liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2017 a maturidade média da dívida da Sonae Investimentos, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,2 anos (2016: 4,2 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela Sonae Investimentos uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2017, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2018 é de 180 milhões de euros (186 milhões de euros com vencimento para 2017) e em 31 de dezembro de 2017 a Sonae Investimentos tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 94 milhões de euros (53 milhões de euros em 2016) com compromisso

inferior ou igual a um ano e 243 milhões de euros (348 milhões de euros em 2016) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a Sonae Investimentos possuía em 31 de dezembro de 2017 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 162 milhões de euros (120 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Face ao anteriormente exposto a Sonae Investimentos espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando, portanto, ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão de concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

3.4 Risco de Capital

A estrutura de capital da Sonae Investimentos, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A Sonae Investimentos monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A IVN – Serviços Partilhados, SA é detentora da marca Salsa, que é uma marca portuguesa de jeanswear de renome internacional, reconhecida pela sua capacidade empreendedora e pelo desenvolvimento de produtos inovadores. Sendo uma empresa verdadeiramente internacional, os seus produtos podem ser encontrados em cerca de 2.000 pontos de venda em 32 países.

No seguimento destas aquisições foi feita uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. O justo valor foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível.

Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram:

- (i) carteira de clientes wholesale e franchising no valor de 35,5 milhões de euros, valorizadas com base na metodologia dos cash-flows descontados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e considerando uma taxa média de retenção de 9,4% para os clientes de wholesale. As referidas carteiras serão amortizadas linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes (10 anos);
- (ii) marca Salsa (51 milhões de euros) valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (11%) e uma taxa de royalties de 4%, e para a qual não foi identificada vida definida;
- (iii) ativos imobiliários na Salsa (15,8 milhões de euros) valorizados com base numa valorização externa dos referidos ativos, concluída em 31 de maio de 2017. A referida avaliação resultou numa diminuição do justo valor calculado em 31 de dezembro de 2016, no montante de 4.384.000 euros; e
- (iv) passivos contingentes na Salsa relativos a obrigações presentes no montante de 6 milhões de euros, sendo que sobre estes foram igualmente reconhecidos o correspondente ativo indemnizatório conforme suportado contratualmente;

Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos Intangíveis.

As valorizações acima efetuadas correspondem ao Nível 3 de Justo Valor, de acordo com o IFRS 13.

Dado que esta aquisição ocorreu no final de junho de 2016, só durante o primeiro semestre de 2017 foi possível concluir o exercício de atribuição de justo valor e cálculo do Goodwill. O impacto da conclusão da valorização externa dos ativos imobiliários na demonstração da posição financeira de 31 de dezembro de 2016 foi o seguinte:

Valores em milhares de euros	31 dezembro 2016		
	Antes da Reexpressão	Ajustamentos para o justo valor Salsa	Após Reexpressão
Ativos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.939.737	(4.384)	1.935.353
Goodwill	542.342	1.731	544.073
Investimentos	61.972	-	61.972
Ativos por impostos diferidos	49.862	-	49.862
Outros ativos não correntes	15.316	-	15.316
Ativo não corrente	2.609.228	(2.653)	2.606.575
Inventários	696.013	-	696.013
Clientes	74.652	-	74.652
Outros ativos correntes	224.766	-	224.766
Investimentos	4.208	-	4.208
Caixa e equivalentes de caixa	119.726	-	119.726
Ativo corrente	1.119.365	-	1.119.365
Ativos não correntes detidos para venda	19.523	-	19.523
Total do ativo	3.748.116	(2.653)	3.745.463
Passivos			
Empréstimos obtidos	623.571	-	623.571
Outros passivos não correntes	420.960	-	420.960
Passivos por impostos diferidos	102.935	(921)	102.014
Provisões	16.006	-	16.006
Passivos não correntes	1.163.472	(921)	1.162.551
Empréstimos obtidos	186.328	-	186.328
Fornecedores e outros passivos correntes, incluindo passivos detidos para venda	1.606.131	-	1.606.131
Passivos correntes	1.792.459	-	1.792.459
Total do passivo	2.955.931	(921)	2.955.010
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	707.164	-	707.164
Interesses sem controlo	85.021	(1.732)	83.289
Total do capital próprio	792.185	(1.732)	790.453
Total do capital próprio e do passivo	3.748.116	(2.653)	3.745.463

5 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições de subsidiárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As aquisições de empresas incluídas na consolidação pelo método integral, podem ser analisadas como segue:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data de aquisição	
		Direto	Total
Sonae MC			
Brio - Produtos de Agricultura Biológica, SA	Matosinhos	100,00%	100,00%
Go Well - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	Lisboa	51,00%	51,00%

Em dezembro de 2016, a Sonae MC concluiu um acordo com os acionistas da GO WELL - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A. (Go Well), para a aquisição de uma participação de 51% no capital da Go Well, a referida transação concretizou-se em maio de 2017. A Go Well opera 24 restaurantes especializados em alimentação saudável em Portugal, tipicamente localizados em centros comerciais, e possui uma variedade de conceitos como grab&go, sushibar, feitos na hora e pequenos almoços. A Go Well opera exclusivamente através da marca “Go Natural” e registou, em 2015, um Volume de Negócios de 6,4 milhões de euros.

Em abril de 2017 uma participada do Grupo, concluiu um acordo com os acionistas da BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, S.A. (BRIO) para a aquisição de 100% do capital social da BRIO. Constituída em 2008, a BRIO é a primeira cadeia de supermercados biológicos lançada em Portugal, e explora seis supermercados especializados em alimentação biológica, todos com localizações de conveniência na zona metropolitana de Lisboa.

Na sequência do anterior acordo com vista à aquisição de uma participação de 51% no capital social da Go Well e da abertura do primeiro supermercado inteiramente dedicado à alimentação biológica e saudável, a aquisição da BRIO permitirá à Sonae MC acelerar a sua posição na avenida estratégica de crescimento de Health & Wellness, em particular no segmento de alimentação saudável, beneficiando da rede de lojas da BRIO, do elevado grau de especialização das equipas e de uma alargada rede de fornecedores.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

	À data de aquisição	31 dezembro 2017
Ativos líquidos adquiridos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9)	1.353.213	1.941.423
Inventários (Nota 14)	586.950	651.287
Activos por impostos diferidos (nota 19)	353.206	507.683
Outros ativos	1.297.583	1.137.493
Caixa e equivalentes de caixa	431.553	569.490
Empréstimos	(306.265)	(109.974)
Outros passivos	(3.388.587)	(2.866.677)
Total de ativos líquidos adquiridos	327.653	1.830.725
Goodwill (Nota 10)	9.546.335	
Interesses sem controlo (Nota 23)	3.772.948	
Custo de aquisição	6.101.040	
Pagamentos efetuados	4.758.345	
Escrow Account	392.695	
Valores em dívida	950.000	
	6.101.040	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição		
Pagamentos efetuados	5.151.040	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(431.553)	
	4.719.487	

	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas e prestações de serviços	7.946.162	12.649.155
Outros rendimentos	131.051	437.674
Custro das vendas	(3.842.855)	(6.577.456)
Fornecimentos e serviços externos	(1.861.996)	(2.935.933)
Outros gastos	(3.027.695)	(4.349.449)
Resultado financeiro	(15.766)	(26.415)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associações	37	(6.655)
Resultado antes impostos	(671.062)	(809.079)
Imposto sobre o rendimento	186.191	186.858
Resultado líquido	(484.871)	(622.221)

À data de apresentação destas demonstrações financeiras ainda não foi possível finalizar a análise para atribuir, em termos contabilísticos, o justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. No entanto, a alocação do preço de compra irá ser realizada até conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

6 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Sonae Investimentos é um grupo de retalho com 5 segmentos principais:

- a Sonae MC é a unidade de retalho alimentar, possui uma rede de 41 hipermercados Continente, 131 supermercados Continente Modelo, 96 lojas de conveniência Bom Dia, 25 restaurantes Go Natural, 295 lojas franqueadas Meu Super e 222 parafarmácias Well's;
- a Worten que está incluída no top 3 de players ibéricos em eletrónica, contando com um portfólio de 242 lojas físicas na Ibéria;
- a Sonae Sports & Fashion tem uma rede de 392 lojas próprias de artigos de desporto e vestuário, combinada com uma rede de franchising de 143 lojas;
- a Sonae RP dedica-se à otimização da gestão do portfólio de imobiliário do retalho e é composta, principalmente, por lojas que operam sob a marca Continente e outras marcas da Sonae;
- a Maxmat que opera no mercado da bricolage, construção, banho e jardim com uma rede de 31 lojas;
- a Sonae FS tem como objetivo potenciar os serviços financeiros no retalho.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida uma informação financeira separada, os seus resultados operacionais são revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados nas Notas 50. Face à redefinição dos segmentos reportáveis, procedeu-se à reexpressão dos valores de 2016, abaixo detalhados.

6.1 Informação financeira por segmentos de negócio

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

31 dezembro 2017	Volume de negócios	Amortizações e depreciações	Provisões e perdas por imparidade	EBIT direto
Sonae MC	3.884.235.290	99.298.234	2.229.104	101.815.713
Worten	1.002.827.600	26.593.764	2.268.812	(2.792.306)
Sonae Sports & Fashion	588.982.641	34.026.087	1.900.326	(20.283.769)
Sonae RP	92.138.557	24.343.863	445.945	65.450.006
Maxmat	78.118.529	1.738.124	-	4.699.211
Sonae FS	24.327.569	523.143	25.337	2.018.577
Outros, eliminações e ajustamentos	(81.073.169)	1.467.681	559.309	(13.595.927)
Total consolidado Direto	5.589.557.017	187.990.896	7.428.833	137.311.504

31 dezembro 2016 Reexpresso	Volume de negócios	Amortizações e depreciações	Provisões e perdas por imparidade	EBIT direto
Sonae MC	3.686.808.069	90.891.781	1.485.654	110.649.903
Worten	910.303.455	25.294.846	2.815.681	(9.210.175)
Sonae Sports & Fashion	527.299.167	25.130.419	1.573.881	(25.711.177)
Sonae RP	91.962.156	23.739.373	6.536.987	119.994.145
Maxmat	71.502.114	1.925.699	36.571	2.806.705
Sonae FS	17.518.560	486.745	-	(474.342)
Outros, eliminações e ajustamentos	(87.312.319)	2.870.476	292.861	(22.109.675)
Total consolidado Direto	5.218.081.202	170.339.339	12.616.495	175.945.384

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016 Reexpresso	
	Investimento (CAPEX)	Capital Investido	Investimento (CAPEX)	Capital Investido
Sonae MC	164.462.924	630.000.000	167.010.365	562.784.619
Worten	44.599.644	(90.641.251)	39.439.683	(53.491.326)
Sonae Sports & Fashion	40.198.483	355.988.594	112.943.591	370.772.496
Sonae RP	41.181.011	902.627.242	62.354.568	930.735.887
Maxmat	1.390.622	32.639.857	1.044.844	33.050.597
Sonae FS	1.641.218	(12.825.265)	612.298	3.503.912
Outros, eliminações e ajustamentos	1.565.151	(3.526.036)	5.351.083	18.953.781
Total consolidado Direto	295.039.053	1.814.263.141	388.756.432	1.866.309.966

Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados com segue:

Volume de negócios	31 dezembro 2017 Intragrupo	31 dezembro 2016 Intragrupo
Sonae Sports & Fashion	(29.995.432)	(29.091.974)
Sonae RP	(83.876.500)	(81.586.962)
Total consolidado	(113.871.932)	(110.678.936)

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT direto	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(113.871.932)	(110.678.936)	-	-
Metodo equivalência patrimonial (Nota 11)	-	-	(1.000.320)	(4.441.252)
Outros	32.798.763	23.366.617	(12.595.607)	(17.668.423)
Outros, eliminações e ajustamentos	(81.073.169)	(87.312.319)	(13.595.927)	(22.109.675)

	Investimento		Capital Investido	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos e contributos das empresas não individualizados como segmentos	1.565.151	(1.184.012)	(45.836.781)	(36.162.772)
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	-	-	32.391.068	45.150.322
Outros investimentos	-	-	9.919.677	9.966.231
Aquisição de investimentos	-	6.535.095	-	-
Outros, eliminações e ajustamentos	1.565.151	5.351.083	(3.526.036)	18.953.781

Todas as medidas de performance estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na nota 47.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016 Reexpresso	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	2.479.238.074	5.067.239.697	2.408.776.384	4.750.883.333
Espanha	106.200.844	389.782.060	111.064.671	343.408.481
França	-	39.394.610	-	55.350.594
Inglaterra	-	1.346.355	-	1.895.423
Alemanha	-	2.016.624	-	1.865.656
Itália	-	13.121.851	-	11.999.113
Brasil	14.230.060	1.732.764	11.326.815	1.322.555
México	76.284	5.164.601	52.550	4.692.310
Resto do Mundo	75.219.586	69.758.456	75.355.290	46.663.738
	2.674.964.848	5.589.557.018	2.606.575.710	5.218.081.203

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida Financeira Líquida = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + locações financeiras – caixa, depósitos bancários, investimentos correntes, excluindo outras aplicações de longo prazo;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatable, ou seja estão incluídos para além da Sonae Investimentos SGPS as empresas identificadas como “Outros” na Nota 50;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições.

7 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.12, foram classificados como segue:

Activos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2017							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	12	9.919.677	2.403.706	-	12.323.383	-	12.323.383
Outros ativos não correntes	13	19.884.724	-	-	19.884.724	268.174	20.152.898
		29.804.401	2.403.706	-	32.208.107	268.174	32.476.281
Ativos correntes							
Clientes	15	85.264.416	-	-	85.264.416	-	85.264.416
Outras dívidas de terceiros	16	65.603.853	-	-	65.603.853	-	65.603.853
Investimentos	12	-	-	179.881	179.881	-	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	20	162.378.843	-	-	162.378.843	-	162.378.843
		313.247.112	-	179.881	313.426.993	-	313.426.993
		343.051.513	2.403.706	179.881	345.635.100	268.174	345.903.273
A 31 de dezembro de 2016 reexpresso							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	12	9.966.231	944.416	-	10.910.647	-	10.910.648
Outros ativos não correntes	13	15.180.006	-	-	15.180.006	135.828	15.315.834
		25.146.237	944.416	-	26.090.653	135.828	26.226.482
Ativos correntes							
Clientes	15	74.652.149	-	-	74.652.149	-	74.652.149
Outras dívidas de terceiros	16	115.773.687	-	-	115.773.687	-	115.773.687
Investimentos	12	-	-	4.207.972	4.207.972	-	4.207.972
Caixa e equivalentes de caixa	20	119.726.191	-	-	119.726.191	-	119.726.191
		310.152.027	-	4.207.972	314.359.999	-	314.359.999
		335.298.264	944.416	4.207.972	340.450.652	135.828	340.586.481

Passivos financeiros	Notas	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Derivados de cobertura (Nota 26)	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2017						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	337.457.361	-	337.457.361	-	337.457.361
Empréstimos obrigacionistas	24	282.306.545	-	282.306.545	-	282.306.545
Credores por locações financeiras	24 e 25	708.477	-	708.477	-	708.477
Outros empréstimos	24	12.030	-	12.030	-	12.030
Outros passivos não correntes	27	402.889.842	-	402.889.842	12.899.923	415.789.765
		1.023.374.255	-	1.023.374.255	12.899.923	1.036.274.178
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	121.452.497	-	121.452.497	-	121.452.497
Empréstimos obrigacionistas	24	57.970.806	-	57.970.806	-	57.970.806
Credores por locações financeiras	24 e 25	491.416	-	491.416	-	491.416
Outros empréstimos	24	75.297	1.248.119	1.323.416	-	1.323.416
Fornecedores	29	1.177.803.570	-	1.177.803.570	-	1.177.803.570
Outras dívidas a terceiros	30	133.989.680	-	133.989.680	10.967.712	144.957.392
		1.491.783.266	1.248.119	1.493.031.385	10.967.712	1.503.999.097
		2.515.157.521	1.248.119	2.516.405.640	23.867.635	2.540.273.275
A 31 de dezembro de 2016						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	281.274.913	-	281.274.913	-	281.274.913
Empréstimos obrigacionistas	24	340.006.858	-	340.006.858	-	340.006.858
Credores por locações financeiras	24 e 25	953.990	-	953.990	-	953.990
Outros empréstimos	24	1.335.080	-	1.335.080	-	1.335.080
Outros passivos não correntes	27	401.046.123	-	401.046.123	19.913.988	420.960.111
		1.024.616.964	-	1.024.616.964	19.913.988	1.044.530.952
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	177.408.427	-	177.408.427	-	177.408.427
Empréstimos obrigacionistas	24	7.998.517	-	7.998.517	-	7.998.517
Credores por locações financeiras	24 e 25	550.624	-	550.624	-	550.624
Outros empréstimos	24	12.030	358.117	370.147	-	370.147
Fornecedores	29	1.123.715.076	-	1.123.715.076	-	1.123.715.076
Outras dívidas a terceiros	30	147.354.345	-	147.354.345	8.484.447	155.838.792
		1.457.039.019	358.117	1.457.397.136	8.484.447	1.465.881.583
		2.481.655.983	358.117	2.482.014.100	28.398.435	2.510.412.535

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O Grupo aplica a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor. Esta requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	179.881	-	-	4.207.972	-
	-	179.881	-	-	4.207.972	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	1.248.119	-	-	358.117	-
	-	1.248.119	-	-	358.117	-

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.339.900.206	1.319.040.930	22.531.415	115.695.072	42.502.125	24.060.810	2.863.730.558
Investimento	19.584.594	4.960.609	328.174	572.396	743.119	237.736.594	263.925.486
Aquisições de filiais	38.596.782	11.950.025	1.829.227	4.619.943	1.458.178	54.012	58.508.167
Desinvestimento	(34.340.513)	(58.968.502)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(103.307.184)
Alienações de filiais	(23.222.108)	(2.667.983)	-	(32.778)	-	-	(25.922.869)
Variações cambiais	99.432	(1.218)	21.304	1.804	(3.341)	-	117.981
Transferências	28.031.849	150.366.982	1.886.202	15.430.898	2.946.556	(229.974.902)	(31.312.415)
Saldo a 31 de dezembro de 2016 - Publicado	1.368.650.242	1.424.680.843	25.532.902	130.151.241	46.267.312	30.457.184	3.025.739.724
Efeito do ajustamento a justo valor de ativo adquiridos (Efeito da reexpressão - Nota 4)	(4.384.000)	-	-	-	-	-	(4.384.000)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017 Reexpresso	1.364.266.242	1.424.680.843	25.532.902	130.151.241	46.267.312	30.457.184	3.021.355.724
Investimento	10.675.277	4.923.220	300.025	547.006	553.520	221.463.889	238.462.937
Aquisições de filiais (Nota 5)	1.443.695	2.624.130	115.936	272.562	61.597	-	4.517.920
Desinvestimento	(33.512.680)	(83.685.531)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(128.506.823)
Variações cambiais	(9.741)	(2.067)	(9.037)	(104.841)	(3.627)	-	(129.313)
Transferências	24.614.675	162.297.952	2.234.762	14.475.160	3.968.151	(210.890.793)	(3.300.093)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1.367.477.468	1.510.838.547	26.811.031	140.437.244	47.113.325	39.722.737	3.132.400.352
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	367.696.952	816.708.115	18.131.289	85.674.747	36.379.772	-	1.324.590.875
Depreciações do exercício	21.259.985	106.126.406	1.396.918	11.027.530	2.891.399	-	142.702.238
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	6.769.952	2.177.208	4.177	94.270	5.869	110.824	9.162.300
Aquisições de filiais	16.217.062	7.593.819	1.218.060	4.119.347	933.333	-	30.081.621
Desinvestimento	(6.990.603)	(48.865.073)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(63.924.819)
Alienações de filiais	(7.695.365)	(2.667.983)	-	(32.777)	-	-	(10.396.125)
Variações cambiais	91.562	-	7.803	12.516	(1.898)	-	109.983
Transferências	(343.302)	(11.606.204)	(168.493)	(963.948)	(288.869)	-	(13.370.816)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	397.006.243	869.466.288	19.585.347	94.171.195	38.615.360	110.824	1.418.955.257
Depreciações do exercício	22.146.037	112.539.407	1.549.869	12.773.646	3.578.133	-	152.587.092
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.594	-	10.991	15.066	22.164	853.597
Aquisições de filiais (Nota 5)	1.173.261	1.542.374	62.161	245.035	208.206	-	3.231.037
Desinvestimento	(7.517.315)	(73.220.963)	(1.297.747)	(4.593.733)	(3.680.413)	-	(90.310.171)
Variações cambiais	(4.611)	-	(3.592)	(75.729)	(2.564)	-	(86.496)
Transferências	382.921	(231.994)	(230.077)	(430.708)	(252.510)	-	(762.368)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	413.694.318	910.392.706	19.665.961	102.100.697	38.481.278	132.988	1.484.467.948
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2016 Reexpresso	967.259.999	555.214.555	5.947.555	35.980.046	7.651.952	30.346.360	1.602.400.467
A 31 de dezembro de 2017	953.783.150	600.445.841	7.145.070	38.336.547	8.632.047	39.589.749	1.647.932.404

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 221 milhões de euros (238 milhões de euros em 2016), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

O desinvestimento nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser analisado como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(3.388.192)	(82.691.672)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(97.388.476)
Sale and Leaseback	(30.124.488)	(993.859)	-	-	-	-	(31.118.347)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(33.512.680)	(83.685.531)	(1.363.557)	(4.903.884)	(3.733.628)	(1.307.543)	(128.506.823)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(2.118.643)	(72.348.866)	(1.297.747)	(4.593.733)	(3.680.413)	-	(84.039.402)
Sale and Leaseback	(5.398.672)	(872.097)	-	-	-	-	(6.270.769)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	(7.517.315)	(73.220.963)	(1.297.747)	(4.593.733)	(3.680.413)	-	(90.310.171)
Valor líquido							
Desinvestimento	(1.269.549)	(10.342.806)	(65.810)	(310.151)	(53.215)	(1.307.543)	(13.349.074)
Sale and Leaseback	(24.725.816)	(121.762)	-	-	-	-	(24.847.578)

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(2.453.373)	(57.360.712)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(69.812.254)
Sale and Leaseback	(31.887.140)	(1.607.790)	-	-	-	-	(33.494.930)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	(34.340.513)	(58.968.502)	(1.063.420)	(6.136.094)	(1.379.325)	(1.419.330)	(103.307.184)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(2.135.674)	(47.690.007)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(57.894.824)
Sale and Leaseback	(4.854.929)	(1.175.066)	-	-	-	-	(6.029.995)
Saldo final a 31 de dezembro de 2016	(6.990.603)	(48.865.073)	(1.004.407)	(5.760.490)	(1.304.246)	-	(63.924.819)
Valor líquido							
Desinvestimento	(317.699)	(9.670.705)	(59.013)	(375.604)	(75.079)	(1.419.330)	(11.917.430)
Sale and Leaseback	(27.032.211)	(432.724)	-	-	-	-	(27.464.935)

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 foram registadas diversas operações de “Sale and Leaseback”. Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 24,8 milhões de euros (158 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), correspondem a 5 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2016 correspondiam a 16 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal e 3 lojas da Worten em Espanha). Os ativos alienados em 2016, encontram-se parcialmente classificados no movimento acima em desinvestimento no período de 2016, no montante de 27 milhões de euros e os restantes estavam registados como ativos não correntes detidos para venda. Tais operações resultaram num encaixe financeiro de aproximadamente 36,9 milhões de euros (230 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 10,8 milhões de euros (62,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 39).

Os ativos tangíveis detidos pela Imoconti, filial alienada em 2016, foram arrendados após a alienação da filial, em condições semelhantes aos ativos incluídos nas operações de “Sale and Leaseback”, estes ativos representavam 16 milhões de euros na data da alienação, tendo resultado um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,5 milhões de euros (Nota 37).

Os contratos de arrendamento dos ativos em questão, incluindo os da Imoconti, foram considerados locações operacionais, tendo em consideração os indicadores tradicionalmente utilizados para determinar a natureza dos contratos de locação conforme definidos no IAS 17. Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Para os ativos em Espanha o prazo dos contratos foi de 12 anos, tendo sido considerado o período de 6 e 9 anos (opção de termino antecipado). Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos objeto de locação, sendo que as opções de compra existentes por parte do Grupo são exercíveis com base em preços de mercado, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Em desinvestimento estão ainda incluídos cerca de 9,6 milhões de euros relativos ao processo de reestruturação dos novos conceitos de lojas, da Worten (cerca de 3,9 milhões de euros) e da Sonae MC (cerca de 6 milhões de euros), tendo originado a utilização de perdas por imparidade no valor de 2,8 milhões de euros e 1,2 milhões de euros respetivamente.

A 31 de dezembro de 2016 a rubrica de transferências inclui o valor líquido de 16,4 milhões de euros dos ativos transferidos para “Ativos não correntes detidos para venda” relativos à Sohimeat, pela perda de controlo desta sociedade em janeiro de 2017 (Nota 21).

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da Sonae RP (Nota 6) em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de amortizações e imparidades,

foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2016), estando o justo valor do imóvel na categoria de “Nível 3”, de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, foi registada uma imparidade no valor de 6,5 milhões de euros sobre um imóvel detido pelo Grupo em resultado da avaliação produzida pela Cushman & Wakefield e que tomou em consideração as últimas alterações do plano diretor municipal aplicável ao referido imóvel.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	33.490.064	25.828.922
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	1.473.742	1.610.531
Projetos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	1.296.000	1.693.500
Outros	3.329.943	1.213.407
	39.589.749	30.346.360

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Perdas por Imparidade							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	100.219.414	33.179.777	34.330	408.450	158.984	-	134.000.955
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	6.769.952	2.177.208	4.177	94.270	5.869	110.824	9.162.300
Diminuições do exercício (Nota 32)	(15.988.827)	(7.289.344)	(601)	(131.103)	(18.939)	-	(23.428.814)
Aquisições de filiais	(197.627)	-	-	-	-	-	(197.627)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	90.802.912	28.067.641	37.906	371.617	145.914	110.824	119.536.814
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 32)	507.782	297.593	-	10.991	15.066	22.165	853.597
Diminuições do exercício (Nota 32)	(383.872)	(5.062.789)	(16.324)	(102.479)	(178.586)	-	(5.744.050)
Aquisições de filiais	-	-	-	-	169.243	-	169.243
Saldo final a 31 de dezembro de 2017 (Nota 32)	90.926.822	23.302.445	21.582	280.129	151.637	132.989	114.815.604

9 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	115.561.453	270.223.089	14.033.325	13.851.637	26.896.520	440.566.024
Investimento	156.243	1.428.345	-	80.755	43.262.488	44.927.831
Aquisições de filiais	51.000.000	5.130.190	621.963	35.508.260	-	92.260.413
Desinvestimento	(245.579)	(1.470.643)	-	-	(347.806)	(2.064.028)
Variações cambiais	(57.652)	146.654	-	(15.886)	-	73.116
Transferências	238.490	38.374.494	-	683.758	(42.501.476)	(3.204.734)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	166.652.955	313.832.129	14.655.288	50.108.524	27.309.726	572.558.622
Investimento	1.000	512.513	54.000	2.716	46.697.816	47.268.045
Aquisições de filiais (Nota 5)	13.500	-	-	138.687	-	152.187
Desinvestimento	(153.310)	(5.854.361)	(621.963)	-	(600.298)	(7.229.932)
Variações cambiais	(64.257)	(90.014)	-	(17.557)	-	(171.828)
Transferências	332.808	44.257.488	-	6.982	(45.807.424)	(1.210.146)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	166.782.696	352.657.755	14.087.325	50.239.352	27.599.820	611.366.948
Amortizações e perdas por impar. acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	27.000.338	170.603.032	13.628.981	243.263	-	211.475.614
Amortizações do exercício	1.431.282	24.343.861	10.089	1.851.870	-	27.637.102
Aquisições de filiais	-	2.982.340	295.298	35.508	-	3.313.146
Desinvestimento	(245.579)	(1.103.391)	-	-	-	(1.348.970)
Variações cambiais	(44.335)	90.014	-	(14.686)	-	30.993
Transferências	(47)	(1.502.086)	-	435	-	(1.501.698)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	28.141.659	195.413.770	13.934.368	2.116.390	-	239.606.187
Amortizações do exercício	2.012.177	29.633.448	35.492	3.722.745	-	35.403.862
Aquisições de filiais (Nota 5)	6.222	-	-	79.637	-	85.859
Desinvestimento	(108.769)	(5.950.918)	(338.254)	-	-	(6.397.941)
Variações cambiais	(51.693)	(74.338)	-	(16.255)	-	(142.286)
Transferências	(1.051)	(103.984)	-	-	-	(105.035)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	29.998.545	218.917.978	13.631.606	5.902.517	-	268.450.646
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2016	138.511.296	118.418.359	720.920	47.992.134	27.309.726	332.952.435
A 31 de dezembro de 2017	136.784.151	133.739.777	455.719	44.336.835	27.599.820	342.916.302

Em 31 de dezembro de 2017 o fluxo “Investimento” do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 47 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (43 milhões em 31 de dezembro de 2016). No referido valor estão incluídos cerca de 15,3 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 12,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 39).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica “Propriedade Industrial” o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Salsa no valor de 51 milhões de euros e a marca Losan no valor de 11,6 milhões de euros, estas últimas valorizadas no processo de aquisição em 2016.

A Sonae Investimentos efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continente efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2017 foi atualizada internamente a avaliação externa realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2017, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício. Relativamente à análise de imparidade das marcas Salsa e Losan estas foram realizadas através dos testes descritos na nota 10 quanto à recuperação dos ativos não correntes.

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa.

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Maxmat, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, repartido por país, e a cada um dos imóveis no caso do segmento da Sonae RP.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por insígnia e país:

	31 dezembro 2017			
	Portugal	Espanha	Outros países	Total
Sonae MC	444.654.444	-	-	444.654.444
Worten	53.422.018	-	-	53.422.018
Sonae Sports and fashion	52.358.112	341.311	-	52.699.423
Sonae RP	2.563.501	-	-	2.563.501
	552.998.075	341.311	-	553.339.386
	31 dezembro 2016 Reexpresso			
	Portugal	Espanha	Outros países	Total
Sonae MC	435.108.109	-	-	435.108.109
Worten	53.422.018	-	-	53.422.018
Sonae Sports and fashion	52.358.112	95.495	-	52.453.607
Sonae RP	3.089.453	-	-	3.089.453
	543.977.692	95.495	-	544.073.187

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Valor Bruto:		
Saldo inicial	551.714.855	507.098.475
Recálculo do goodwill, por efeito do justo valor dos ativos adquiridos (Nota 4)	-	1.731.680
Goodwill gerado no exercício (Nota 5)	9.546.335	43.364.414
Diminuições	(525.952)	(579.714)
Outras variações	245.816	100.000
Saldo final	560.981.054	551.714.855
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	7.641.668	7.641.668
Aumentos	-	-
Saldo final	7.641.668	7.641.668
Valor líquido	553.339.386	544.073.187

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sonae Investimentos procedeu à análise de imparidade de Goodwill, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2017 e 2016.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae Investimentos.

Para este efeito os segmentos da Sonae MC, Worten, Sonae Sports & Fashion e Maxmat, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Sonae MC	9% a 10%	<= 2%	-0,6%	9% a 10%	<= 2%	-0,6%
Worten	9% a 11%	<= 1%	2,6%	9% a 11%	<= 1%	1,9%
Sonae Sports and fashion	9% a 11%	<= 1%	6,1%	9% a 11%	<= 1%	6,9%
Maxmat	9% a 11%	<= 1%	10,2%	9% a 11%	<= 1%	5,4%

Ao nível da área de negócios Sports, a análise de imparidade do Goodwill bem como da recuperação dos ativos não correntes foi efetuada tendo em consideração a valorização decorrente da operação de perda de controlo que ocorreu em janeiro de 2018, desta análise não resultaram imparidades a registar.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae Investimentos não conduziram ao apuramento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Da análise da sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais adicionais.

11 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

11.1 Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2017		31 dezembro 2016		31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
		Direto*	Total*	Direto*	Total*		
1) Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	Santarém	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%	2.361.045	-
2) MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	50,00%	50,00%	47,53%	47,53%	32.100.593	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos						34.461.638	-
APOR- Agência para a Modernização do Porto, SA	Porto	22,75%	22,75%	22,75%	22,75%	290.475	323.193
2) MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	-	-	47,53%	47,53%	-	41.382.361
MOVVO, SA	Porto	25,58%	25,58%	25,58%	25,58%	-	2.793.649
S2 Mozambique, SA	Maputo	30,00%	30,00%	30,00%	30,00%	1.592.748	1.406.710
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	1.050.793	1.338.322
Ulabox, S.L.	Barcelona	41,89%	41,89%	39,18%	39,18%	4.046.829	3.817.381
Investimentos em associadas						6.980.845	51.061.617
Total						41.442.483	51.061.617

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa;

1) Em 2016 foi efetuado um acordo de parceria que se concretizou em janeiro de 2017, passando esta filial a ser registada pelo método de equivalência patrimonial dada a perda de controlo (Nota 21); e

2) Aquisição durante o período de ações representativas de 2,47% do capital social da MDS, SGPS, SA a uma entidade relacionada por 1.614.800 euro (Nota 44), passando a ser considerado como empreendimento conjunto.

Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

11.2 Informação financeira resumida das participações financeiras

11.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dezembro 2017	
	Sohi Meat	MDS SGPS, SA (Consolidado)
Ativos		
Propriedades de investimento	-	857.259
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	20.771.255	2.376.935
Ativos intangíveis	309.299	9.605.565
Goodwill	-	29.202.474
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	9.098.383
Outros ativos não correntes	204.757	3.426.579
Ativo não corrente	21.285.311	54.567.195
Clientes	26.859.097	4.916.146
Caixa e equivalentes a caixa	367.901	10.448.200
Outros ativos correntes	9.110.188	3.981.786
Ativo corrente	36.337.186	19.346.132
Total do ativo	57.622.497	73.913.327
Passivos		
Empréstimos obtidos	-	15.575.000
Outros passivos não correntes	-	9.357.967
Passivos não correntes	-	24.932.967
Empréstimos obtidos	-	6.419.272
Fornecedores	50.874.796	2.590.507
Outros passivos correntes	2.642.558	13.197.002
Total do passivo corrente	53.517.354	22.206.781
Total do passivo	53.517.354	47.139.748
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	4.105.143	24.734.144
Interesses sem controlo	-	2.039.435
Total do capital próprio	4.105.143	26.773.579
Total do capital próprio e do passivo	57.622.497	73.913.327

Empreendimentos conjuntos	31 dezembro 2017	
	Sohi Meat	MDS SGPS, SA (Consolidado)
Volume de negócios	270.805.753	48.759.980
Outros rendimentos operacionais	42.431.164	724.108
	313.236.917	49.484.088
Custo das vendas	(253.593.835)	-
Fornecimentos e serviços externos	(9.181.542)	(24.476.991)
Amortizações e depreciações	(2.099.216)	(3.815.644)
Outros gastos operacionais	(48.325.516)	(21.502.449)
	(313.200.109)	(49.795.084)
Resultados financeiros	(41)	(794.999)
Rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas	-	12.112
Imposto sobre o rendimento	5.323	158.077
Resultado líquido consolidado do exercício	42.090	(935.806)
Atribuível a :		
Acionistas da empresa mãe	42.090	(876.353)
Interesses que não controlam	-	(59.453)
	42.090	(935.806)
Outro rendimento integral do período	-	-
Total rendimento integral do período	42.090	(935.806)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2017	
	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sohimeat, SA
Empreendimentos conjuntos		
Capitais Próprios	24.734.144	4.105.143
Percentagem de detenção	50%	50%
Quota parte dos ativos líquidos	12.367.072	2.052.572
Goodwill reconhecido na participação financeira	17.160.451	-
Outros efeitos	2.573.070	308.474
Participação financeira	32.100.593	2.361.045

11.2.2 Associadas

A informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2017			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Empresas Associadas				
Ativo não corrente	725.966	5.677.724	1.654.169	678.593
Ativo corrente	10.326.802	2.383.755	1.253.456	2.356.130
Passivos não correntes	-	-	-	1.955.112
Passivo corrente	6.849.597	2.959.516	1.284.421	831.108
Capital próprio	4.203.171	5.101.963	1.623.204	248.503

	31 dezembro 2016				
	MDS SGPS, SA (Consolidado)	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Empresas Associadas					
Ativo não corrente	61.968.120	1.205.266	3.517.781	1.176.547	986.708
Ativo corrente	18.759.708	10.371.548	1.838.977	1.662.970	3.316.322
Passivos não correntes	24.013.978	-	-	-	2.240.946
Passivo corrente	25.520.031	6.223.527	667.722	531.941	977.842
Capital próprio	31.193.819	5.353.287	4.689.036	2.307.576	1.084.242

	31 dezembro 2017			
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Empresas Associadas				
Volume de negócios	55.921.357	5.663.675	9.245.815	669.254
Outros rendimentos operacionais	3.200.459	272.509	477.435	15.294
Gastos operacionais	(56.167.963)	(8.839.842)	(13.542.972)	(2.381.661)
Resultados financeiros	6.153	(286.954)	-	(1.194)
Imposto sobre o rendimento	(790.832)	(48.398)	-	(100)
Resultado líquido consolidado do exercício	2.169.174	(3.239.010)	(3.819.722)	(1.698.407)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	2.169.174	(3.239.010)	(3.819.722)	(1.698.407)

Empresas Associadas	31 dezembro 2016				
	MDS SGPS, SA (Consolidado)	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
Volume de negócios	47.148.272	53.935.164	2.085.457	7.483.591	433.737
Outros rendimentos operacionais	797.409	3.437.205	-	298.931	88.062
Gastos operacionais	(46.766.599)	(54.995.713)	(2.750.597)	(11.900.557)	(4.450.287)
Resultados financeiros	(1.170.613)	9.534	29.875	-	(16.444)
Resultados relativos a investimentos	(7.217.174)	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento	(126.650)	(566.900)	-	-	(40)
Resultado líquido consolidado do exercício	(7.335.355)	1.819.290	(635.265)	(4.118.035)	(3.944.972)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	(7.335.355)	1.819.290	(635.265)	(4.118.035)	(3.944.972)

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dezembro 2017				
	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros	
Capitais Próprios	4.203.171	5.101.963	1.623.204	248.503	
Percentagem de detenção	25,00%	30,00%	41,89%	25,58% e 22,75%	
Quota parte dos ativos líquidos	1.050.793	1.530.589	679.960	27.434	
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-	1.549.408		
Outros efeitos	-	62.159	1.817.461	263.041	
Participação financeira	1.050.793	1.592.748	4.046.829	290.475	

Associadas	31 dezembro 2016				
	MDS,SGPS,SA (consolidado)	Sempre a Postos	Ulabox	S2 Mozambique	Outros
Capitais Próprios	31.193.819	5.353.287	2.307.576	4.689.036	1.084.242
Percentagem de detenção	47,53%	25,00%	39,18%	30,00%	25,58% e 22,75%
Quota parte dos ativos líquidos	14.826.422	1.338.322	904.108	1.406.710	237.145
Goodwill reconhecido na participação financeira	25.217.477	-	1.245.985	-	2.149.921
Outros efeitos	1.338.462	-	1.667.288	-	729.775
Participação financeira	41.382.361	1.338.322	3.817.381	1.406.710	3.116.841

11.3 Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	-	-	-	-
Mudança de método de consolidação pela perda de controlo	2.703.451	-	2.703.451	-	-	-
Transferência de "Investimentos em associadas"	15.243.880	17.160.451	32.404.331	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos	12.444	-	12.444	-	-	-
Variação nas reservas do grupo	(658.588)	-	(658.588)	-	-	-
	17.301.187	17.160.451	34.461.638	-	-	-
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	22.403.095	28.658.523	51.061.618	21.073.725	26.508.602	47.582.327
Aquisições durante o exercício	768.143	846.657	1.614.800	1.607.217	-	1.607.217
Aumentos de capital	3.163.333	303.423	3.466.756	2.667.132	-	2.667.132
Transferência para "Investimentos em empreendimentos conjuntos"	(15.243.880)	(17.160.451)	(32.404.331)	-	-	-
Transferência de "Outros Investimentos não correntes"	-	-	-	1.102.139	2.149.921	3.252.060
Alienações durante o exercício	(11.464)	(2.492)	(13.956)	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	(3.566.587)	-	(3.566.587)	(5.940.454)	-	(5.940.454)
Distribuição de dividendos	(829.823)	-	(829.823)	(352.945)	-	(352.945)
Variação nas reservas do grupo	(895.737)	-	(895.737)	2.246.281	-	2.246.281
Imparidade em empresas associadas (Nota 32 e 37)	(355.644)	(11.096.252)	(11.451.896)	-	-	-
	5.431.436	1.549.408	6.980.844	22.403.095	28.658.523	51.061.618
Total	22.732.623	18.709.859	41.442.482	22.403.095	28.658.523	51.061.618

O efeito em "Variação nas reservas do Grupo" resulta fundamentalmente do efeito da conversão cambial de empresas com moeda funcional diferente do euro no valor de -1,7 milhões de euros (cerca de -2,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016).

O valor da "Mudança de método de consolidação pela perda de controlo" é relativo à Sohi Meat Solutions-Distribuição de Carnes, SA. Esta empresa resulta do acordo assinado em 3 de janeiro de 2017, data em que foi constituída uma Joint Venture entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir desse momento, a Sohimeat passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

O valor da "Transferência de Investimentos em associadas" resulta da transferência da participação na MDS para empreendimento conjunto como consequência do aumento da percentagem de detenção para 50% por aquisição. Esta aquisição teve por base uma valorização interna através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócios onde se projetam os respetivos cash-flows para períodos de 5 anos, com a utilização de um custo médio ponderado de capital de 12,24% e uma taxa de crescimento na perpetuidade de 3%. A referida avaliação implicou um registo de imparidade em 2017 no valor de 8,6 milhões de euros.

No movimento de imparidades relativas a empresas associadas estão ainda registadas a imparidade da participação na MOVVO (Nota 37).

12 OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Porcentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2017		31 dezembro 2016		31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Insko - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	925.197	925.197
Outros investimentos						11.388.210	9.975.475
						12.323.383	10.910.648

Em 31 de dezembro de 2017 estão incluídos em “Outros investimentos”, entre outros 9.919.677 euros (9.966.231 euros em 31 de dezembro de 2016), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 34).

Em 31 de dezembro de 2017, com exceção da Escrow Account, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros Investimentos” podem ser decompostos como segue:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros				
Saldo em 1 de janeiro	10.910.648	-	12.164.765	-
Aumentos durante o exercício	1.459.291	-	1.001.244	-
Transferência para "Investimentos em associadas"	-	-	(1.963.874)	-
Diminuições durante o exercício	(46.556)	-	(291.487)	-
Saldo em 31 de dezembro	12.323.383	-	10.910.648	-
Instrumentos financeiros derivados				
Justo valor em 1 de janeiro	-	4.207.972	-	2.506.086
Aquisições durante o exercício	-	-	-	2.293.301
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(4.028.091)	-	(591.415)
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 26)	-	179.881	-	4.207.972
Total de outros investimentos financeiros (Nota 7)	12.323.383	179.881	10.910.648	4.207.972

13 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	-	651.119
Cientes e outros devedores		
Cauções (a)	5.120.591	5.043.273
Depósitos judiciais (b)	3.916.334	762.246
Regime especial de regulariz.dívidas ao fisco e à Segurança Social (c)	6.181.878	6.213.629
Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros	1.000.000	2.450.000
Valor retido na aquisição do grupo Salsa	2.463.875	2.463.875
Depósitos de lojistas	787.615	-
Outros	414.431	45.864
	19.884.724	16.978.887
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos (Nota 32)	-	(2.450.000)
Total de clientes e outros devedores	19.884.724	14.528.887
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	19.884.724	15.180.006
Outros ativos não correntes	268.174	135.828
	20.152.898	15.315.834

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 27), estes valores não apresentam maturidade definida;
- O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.882.589	2.937.655
Mercadorias	731.894.928	713.619.609
Produtos acabados e intermédios	11.393.255	11.308.942
Produtos e trabalhos em curso	1.763.375	1.334.437
	747.934.147	729.200.643
Ajustamentos acumulados em inventários	(34.913.228)	(33.187.986)
	713.020.919	696.012.657

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendem a 4.548.199.033 euros e 4.233.574.770 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Inventários iniciais	716.557.264	664.849.449
Variações cambiais	(51.540)	(99.142)
Aquisições de filiais (Nota 5)	586.950	9.054.531
Compras	4.575.733.942	4.286.851.056
Regularizações de inventários	(11.569.552)	(11.711.143)
Inventários finais	734.777.518	716.557.264
	4.546.479.546	4.232.387.487
Ajustamentos em inventários	1.719.487	1.187.283
	4.548.199.033	4.233.574.770

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 ascendem a 351.870 euros e 1.273.422 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Inventários iniciais	12.643.378	578.100
Aquisições de filiais	-	11.714.221
Regularizações de inventários	(653.636)	(699.865)
Inventários finais	13.156.629	12.643.378
	1.166.887	1.050.922
Ajustamentos em inventários	(815.017)	222.500
	351.870	1.273.422

15 CLIENTES

O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Sonae MC	38.664.335	(3.961.001)	34.703.334	33.090.239	(3.725.262)	29.364.977
Worten	10.484.034	(683.390)	9.800.644	6.727.541	(539.266)	6.188.275
Sonae Sports & Fashion	38.897.965	(3.583.372)	35.314.593	34.230.358	(3.204.853)	31.025.505
Sonae RP	523.594	(72.751)	450.843	182.547	(47.024)	135.523
Maxmat	33.566	(19.754)	13.812	31.665	(19.754)	11.911
Sonae FS	2.208.338	-	2.208.338	2.514.796	-	2.514.796
Outros	2.779.726	(6.874)	2.772.852	5.418.515	(7.354)	5.411.162
	<u>93.591.558</u>	<u>(8.327.142)</u>	<u>85.264.416</u>	<u>82.195.661</u>	<u>(7.543.512)</u>	<u>74.652.149</u>

A rubrica de Clientes correntes inclui 17.696.359 euros (16.624.588 euros em 31 de dezembro de 2016), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

A exposição da Sonae Investimentos ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas por imparidade acumuladas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae Investimentos entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas por imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

31 dezembro 2017	Clientes							Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonae FS	Outros	
Não vencido	7.490.344	3.557.380	14.029.267	381.550	-	2.208.338	2.749.007	30.415.886
Vencido mas sem registo de imparidade								-
0 - 30 dias	4.747.124	689.807	6.879.853	24.200	3.830	-	3.208	12.348.022
30 - 90 dias	20.725.317	5.458.543	7.766.520	8.727	1.827	-	3.022	33.963.956
+ 90 dias	1.740.549	103.479	6.638.953	36.365	8.155	-	9.052	8.536.553
Total	27.212.990	6.251.829	21.285.326	69.292	13.812	-	15.282	54.848.531
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	339.039	10.294	38.732	-	-	-	-	388.065
90 - 180 dias	230.535	9.750	181.732	-	-	-	-	422.017
180 - 360 dias	116.287	113.184	359.003	25.727	-	-	8.080	622.281
+ 360 dias	3.275.139	541.597	3.003.905	47.024	19.754	-	7.360	6.894.779
Total	3.961.000	674.825	3.583.372	72.751	19.754	-	15.440	8.327.142
	<u>38.664.334</u>	<u>10.484.034</u>	<u>38.897.965</u>	<u>523.593</u>	<u>33.566</u>	<u>2.208.338</u>	<u>2.779.729</u>	<u>93.591.559</u>

31 dezembro 2016 Reexpresso	Clientes							Total
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Sonae FS	Outros	
Não vencido	11.722.930	3.809.915	14.629.226	97.245	-	2.514.796	5.411.103	38.185.215
Vencido mas sem registo de imparidade								
0 - 30 dias	3.219.430	76.630	6.573.196	17.556	2.364	-	-	9.889.176
30 - 90 dias	13.011.094	2.195.221	8.459.666	-	80	-	-	23.666.061
+ 90 dias	1.411.522	106.510	1.363.418	20.722	9.468	-	57	2.911.697
Total	17.642.046	2.378.361	16.396.280	38.278	11.912	-	57	36.466.934
Vencido com registo de imparidade								
0 - 90 dias	614	1.236	64.945	-	710	-	-	67.505
90 - 180 dias	564	69.929	115.563	-	142	-	-	186.198
180 - 360 dias	96.384	46.361	331.513	-	-	-	-	474.258
+ 360 dias	3.627.700	421.740	2.692.832	47.024	18.902	-	7.353	6.815.551
Total	3.725.262	539.266	3.204.853	47.024	19.754	-	7.353	7.543.512
	33.090.238	6.727.542	34.230.359	182.547	31.666	2.514.796	5.418.513	82.195.661

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae Investimentos analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae Investimentos não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um conjunto alargado de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae Investimentos considera que a máxima exposição ao risco de crédito corresponde aos montantes evidenciados na demonstração da posição financeira consolidada.

16 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	4.409.042	35.310.075
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	37.998.176	41.190.501
Alienação de investimentos financeiros	-	21.585.746
IVA de imóveis e de descontos de talões	6.248.946	3.723.869
Alienação de ativos fixos tangíveis	2.141.299	2.303.985
Vales e cheques oferta	2.449.037	1.924.216
Outros ativos correntes	19.487.251	17.172.271
	68.324.709	87.900.588
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(7.129.898)	(7.436.976)
Total de outros devedores	61.194.811	80.463.612
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	65.603.853	115.773.687
Outros ativos correntes	-	-
	65.603.853	115.773.687

A rubrica “Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas” inclui o valor de 4,4 milhões de euros (35,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) relativos a valor a receber da Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo no Regime especial de tributação dos grupos de sociedade.

A 31 de dezembro de 2017, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor a receber relativo a alienação de investimentos financeiros inclui o valor relativo à alienação da subsidiária Imoconti no montante de 21.009.032 euros (Nota 46).

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a antiguidade dos saldos de “Outras dívidas de terceiros” pode ser analisada como segue:

	Outras dívidas de terceiros	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Não vencido	29.073.976	66.687.667
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	35.202.195	48.132.422
+ 90 dias	1.341.722	969.517
Total	36.543.917	49.101.939
Vencido com registo de imparidade		
0 - 180 dias	156.807	122.240
180 - 360 dias	352.425	599.462
+ 360 dias	6.606.626	6.699.355
Total	7.115.858	7.421.057
	72.733.751	123.210.663

A 31 de dezembro 2017 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em “Outros devedores” aproximam-se do seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	27.777.037	18.843.814
Imposto sobre o valor acrescentado	38.358.788	24.278.392
Outros Impostos	1.573.930	1.639.058
	67.709.755	44.761.264
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	4.046.746	4.426.895
Imposto sobre o valor acrescentado	61.983.481	48.669.600
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.104.663	4.820.959
Contribuições para a Segurança Social	13.519.326	12.142.278
Outros Impostos	373.150	285.663
	85.027.366	70.345.394

18 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Receitas comerciais	25.214.880	35.631.051
Rendas	8.802.076	7.220.792
Seguros	4.557.941	5.690.303
Licenças software	2.225.055	1.998.476
Comissões a receber	1.077.520	1.678.933
Juros a receber	514.994	558.540
Indemnizações relativas a sinistros	122.335	1.509.212
Serviços de gestão de condomínios	115.382	738.978
Outros ativos correntes	11.621.783	9.204.854
	54.251.965	64.231.139

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae Investimentos (Nota 39).

19 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	4.933.142	4.524.608	33.865.461	34.967.052
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	1.350.735	1.646.837	69.893.479	64.538.394
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	20.751.517	21.189.836	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	28.517	25.524	-	44.232
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	11.702	86.933	41.952	626.051
Amortização de goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	17.457.039	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	916.509	1.040.637
Prejuízos fiscais reportáveis	25.703.398	18.565.479	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	302.963	329.611
Benefícios fiscais	402.854	531.867	-	-
Outros	3.676.127	3.290.438	329.080	468.538
	56.857.992	49.861.522	122.806.483	102.014.515

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016 Reexpresso
Saldo inicial	49.861.522	56.962.847	102.014.515	76.568.266
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	408.534	(2.279.107)	(1.101.591)	(11.836.547)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(197.293)	(141.304)	5.577.496	3.484.535
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	(392.123)	(2.613.508)	-	-
Transferência de perdas por imparidade não aceites fiscalmente	-	16.568.897	-	16.568.897
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(10.247)	25.317	(44.232)	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	-	(30.786)	-	(63.682)
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	(116.394)	(109.284)
Constituição / (Reversão) líquida de ativos por impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	6.868.072	(20.807.988)	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	17.457.039	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(26.647)	(217.608)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(9.330)	(15.088)	(220.405)	(294.247)
Benefícios fiscais	(129.013)	(498.752)	-	-
Outros	278.703	156.342	72.026	(1.594.516)
	6.817.303	(9.635.977)	21.597.292	5.937.548
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	(75.230)	(124.456)	(584.099)	324.909
Outros	(18.245)	-	(8.291)	(9.216)
	(93.475)	(124.456)	(592.390)	315.693
Aquisição de filiais (Notas 5)	353.206	2.958.597	-	20.496.392
Alienação de filiais	-	-	-	(1.282.258)
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	-	(166.792)	-	(284.632)
Outros	(80.564)	(132.697)	(212.934)	263.506
Saldo final	56.857.992	49.861.522	122.806.483	102.014.515

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

O Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae a amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008 pelo que durante 2017 o Grupo procedeu à dedução fiscal da amortização do goodwill gerado em exercícios anteriores para os exercícios de 2008, 2016 e 2017, tendo reconhecido 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos.

Tendo em consideração os processos fiscais pendentes no tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2009 a 2011, bem como pelo facto do Grupo ter sido impedido de reconhecer a amortização fiscal do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido o direito da entidade deduzir amortizações fiscais de goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, utilizando para o efeito as taxas de imposto naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

		31 dezembro 2017			31 dezembro 2016 Reexpresso		
		Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização							
Gerados em 2013	Portugal	622.068	130.634	2018	-	-	2018
Gerados em 2014	Portugal	1.673.556	351.447	2026	1.194.236	250.790	2026
Gerados em 2015	Portugal	69.902	14.680	2027	90.184	18.939	2027
Gerados em 2016	Portugal	243.591	51.154	2028	242.980	51.025	2028
Gerados em 2017	Portugal	5.638.684	1.184.124	2022	-	-	
		8.247.801	1.732.039		1.527.400	320.754	
Sem limite de data de utilização							
	Espanha	95.885.439	23.971.359		72.496.035	18.124.009	
	Malta	-	-		344.904	120.716	
		104.133.240	25.703.398		74.368.339	18.565.479	

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 10, com exceção das operações de Retalho em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2017 um valor de 20,0 milhões de euros (14,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal Espanhol e que podem ser recuperados em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, SA em Espanha, era em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A..

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como as restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae Investimentos no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e outras empresas em Espanha, incluídas no referido consolidado fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 8,4% (7,7% em 2016).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

O valor de ativos por impostos diferidos inclui ainda o montante de 4,6 milhões de euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias dedutíveis os quais serão desreconhecidos em resultado da operação de perda de controlo da área de negócios Sport Zone descrito na Nota 48.

Em 31 de dezembro de 2017, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 343,4 milhões de euros (295,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

		31 dezembro 2017			31 dezembro 2016 Reexpresso		
		Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização							
Gerados em 2012	Portugal	-	-		2.099.873	440.973	2017
Gerados em 2013	Portugal	-	-	2018	809.338	169.961	2018
Gerados em 2016	Portugal	412	87	2028	412	87	2028
		<u>412</u>	<u>87</u>		<u>2.909.623</u>	<u>611.021</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima							
	Holanda	93.389	18.678	2022-2026	34.819	6.964	2022-2025
		<u>93.389</u>	<u>18.678</u>		<u>34.819</u>	<u>6.964</u>	
Sem limite de data de utilização							
	Brasil	16.560.133	5.630.445		16.965.713	5.768.343	
	Malta	12.752	4.463		-	-	
	Espanha	326.774.660	81.693.665		275.217.561	68.804.390	
		<u>343.347.545</u>	<u>87.328.573</u>		<u>292.183.274</u>	<u>74.572.733</u>	
		<u>343.441.346</u>	<u>87.347.338</u>		<u>295.127.716</u>	<u>75.190.718</u>	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, SA para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização de Goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, SA. A Sonae Investimentos apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015.

Em 2015, a Audiência Nacional em Espanha foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar de a Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos

por impostos diferidos de 2008 a 2011 reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à amortização fiscal do Goodwill, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 sendo sua intenção considerar igualmente tal amortização na declaração fiscal do exercício de 2017. Em consequência procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016 e 2017.

20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Numerário	10.443.119	9.038.215
Depósitos bancários	151.925.814	110.676.690
Aplicações de tesouraria	9.910	11.286
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira (Nota 7)	162.378.843	119.726.191
Descobertos bancários (Nota 24)	(2.815.638)	(17.729.578)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	159.563.205	101.996.613

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

21 ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 2016 foi efetuado um acordo entre o Grupo e uma entidade especialista no processamento e embalagem de carnes com o objetivo de concretizar uma parceria (*joint-venture*) para operar o Centro de Processamento de Carnes. Esta parceria foi concretizada em janeiro de 2017, razão pela qual em 31 de dezembro de 2016 transferimos os ativos e passivos relacionados para as rubricas de ativos e passivos detidos para venda. O detalhe destes valores é como segue:

Valores em euros	31 dezembro 2016
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	17.057.018
Ativos por impostos diferidos	166.792
Inventários	1.850.977
Outros ativos correntes	445.762
Caixa e equivalentes de caixa	2.000
Ativos não correntes detidos para venda	19.522.549
Outros passivos não correntes	284.632
Fornecedores	2.802.583
Outros passivos correntes	8.639.528
Passivos não correntes detidos para venda	11.726.743

22 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Sonae, SGPS, S.A.	25,029%	25,029%
Sonaecenter Serviços, SA	51,827%	51,827%
Sonae Investments, BV	13,142%	13,142%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,000%	10,000%
Libra Serviços, Lda	0,002%	0,002%

Em 31 de dezembro de 2017, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 100% das restantes entidades que detêm o capital da Empresa.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Sonae Investimentos, através de subsidiária por si controlada, detém 10% de ações próprias. Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos “Interesses sem controlo” é o seguinte:

	31 dezembro 2017				
	Capital próprio (1)	Resultado líquido (1)	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos/Rendimentos recebidos
Sonae MC	3.666.888	766.953	4.592.402	212.251	-
Worten	2.756.310	751.757	1.102.522	300.702	-
Sonae Sports & Fashion	67.870.269	7.806.086	32.826.507	3.935.968	(1.050.475)
Sonae RP	265.873.142	22.529.841	30.837.270	1.682.150	(2.356.055)
Maxmat	44.229.227	4.151.006	22.114.613	2.075.503	-
Outros	722.293	(556.908)	543.031	(163.130)	-
Total	385.118.129	35.448.735	92.016.345	8.043.444	(3.406.530)

	31 dezembro 2016 Reexpresso				
	Capital próprio (1)	Resultado líquido (1)	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses sem controlo	Dividendos/ Rendimentos recebidos
Sonae MC	2.314.323	1.333.057	526.934	333.264	-
Worten	2.004.554	370.265	801.820	148.106	-
Sonae Sports & Fashion	61.824.414	6.797.721	29.570.669	3.277.641	-
Sonae RP	272.158.886	32.626.062	31.622.039	1.988.034	(1.350.487)
Maxmat	40.146.791	1.957.129	20.073.395	978.565	-
Outros	1.238.565	(476.763)	694.258	(139.655)	-
Total	379.687.533	42.607.471	83.289.115	6.585.955	(1.350.487)

(1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Investimentos SGPS, SA.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos interesses sem controlo foi o seguinte:

	31 dezembro 2017						
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	526.934	801.820	29.570.669	31.039.028	20.073.395	1.277.262	83.289.108
Dividendos distribuídos	-	-	(1.050.475)	(111.750)	-	-	(1.162.225)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(2.244.305)	-	-	(2.244.305)
Varição de percentagem em filiais	-	-	-	(110.864)	-	-	(110.864)
Varição resultante da conversão cambial	-	-	-	-	-	11.904	11.904
Aquisição de filiais (Nota 5)	3.772.948	-	-	-	-	-	3.772.948
Constituição de filiais	-	-	400.000	-	-	-	400.000
Varição das reservas de cobertura	78.909	-	(35.804)	-	(34.285)	-	8.820
Outras variações	1.360	-	6.149	7	-	2	7.518
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	212.251	300.702	3.935.968	1.682.150	2.075.503	(163.142)	8.043.432
Saldo final em 31 de dezembro	4.592.402	1.102.522	32.826.507	30.254.266	22.114.613	1.126.026	92.016.336
	31 dezembro 2016 Reexpresso						
	Sonae MC	Worten	Sonae Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	165.412	653.714	762.979	30.390.421	19.063.088	1.257.271	52.292.885
Dividendos distribuídos	-	-	-	(114.810)	-	-	(114.810)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(1.235.677)	-	-	(1,235.677)
Varição de percentagem em filiais	-	-	-	11.060	-	133.908	144.968
Varição resultante da conversão cambial	-	-	-	-	-	25.735	25.735
Aquisição de filiais	-	-	25.530.031	-	-	-	25.530.031
Varição das reservas de cobertura	27.027	-	-	-	31.744	-	58.771
Outras variações	1.231	-	18	-	(2)	2	1.249
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	333.264	148.106	3.277.641	1.988.034	978.565	(139.654)	6.585.956
Saldo final em 31 de dezembro	526.934	801.820	29.570.669	31.039.028	20.073.395	1.277.262	83.289.108

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi adquirido 50% do capital social da IVN – Serviços Partilhados, SA detentora da marca Salsa, esta transação gerou um impacto (após reexpressão) nos interesses sem controlo no valor de 25,5 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses sem Controlo é como segue:

	31 dezembro 2017						
	Sonae MC	Worten	Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Total do ativo não corrente	687.357	6.407.770	124.746.002	262.927.550	30.731.921	1.925.545	427.426.145
Total do ativo corrente	8.754.533	10.627.438	53.014.975	7.168.407	36.052.543	1.789.788	117.407.684
Total do passivo não corrente	23.405	6.835.930	69.880.218	814.576	846.731	695.782	79.096.642
Total do passivo corrente	5.751.597	7.442.968	40.010.490	3.408.239	21.708.506	2.297.258	80.619.058
Capital próprio	3.666.888	2.756.310	67.870.269	265.873.142	44.229.227	722.293	385.118.129

	31 dezembro 2016 Reexpresso						
	Sonae MC	Worten	Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Total do ativo não corrente	47.772	6.665.482	124.872.671	268.325.676	31.094.347	1.906.126	432.912.074
Total do ativo corrente	5.333.708	8.353.427	48.267.439	8.628.598	30.382.238	2.441.666	103.407.076
Total do passivo não corrente	-	7.085.248	71.140.670	1.088.995	813.473	807.473	80.935.859
Total do passivo corrente	3.067.157	5.929.107	40.175.026	3.706.393	20.516.321	2.301.754	75.695.758
Capital próprio	2.314.323	2.004.554	61.824.414	272.158.886	40.146.791	1.238.565	379.687.533

	31 dezembro 2017						
	Sonae MC	Worten	Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Volume de negócios	8.000.499	50.814.523	141.612.978	2.345.874	78.491.561	2.464.415	283.729.850
Outros rendimentos operacionais	48.843.728	368.150	1.786.750	28.441.432	3.248.517	4.424.733	87.113.310
Gastos operacionais	(55.811.193)	(50.082.675)	(133.025.576)	(8.233.021)	(77.001.545)	(7.406.301)	(331.560.311)
Resultados financeiros	(16.191)	(121.514)	(1.473.252)	(3)	(30.757)	(26.048)	(1.667.765)
Resultados relativos a investimentos	37	-	-	-	-	-	37
Imposto sobre o rendimento	(249.927)	(226.727)	(1.094.814)	(24.441)	(556.770)	(13.707)	(2.166.386)
Resultado líquido consolidado do exercício	766.953	751.757	7.806.086	22.529.841	4.151.006	(556.908)	35.448.735
Outro rendimento integral do exercício	80.269	-	(29.655)	7	(34.285)	2	16.338
Total rendimento integral do exercício	847.222	751.757	7.776.431	22.529.848	4.116.721	(556.906)	35.465.073

	31 dezembro 2016 Reexpresso						
	Sonae MC	Worten	Sports & Fashion	Sonae RP	Maxmat	Outros	Total
Volume de negócios	1.038.745	41.700.974	85.580.148	2.189.579	71.509.727	1.729.427	203.748.600
Outros rendimentos operacionais	30.989.669	368.274	609.276	39.781.855	2.628.823	5.012.268	79.390.165
Gastos operacionais	(30.101.313)	(41.633.007)	(75.409.976)	(8.034.110)	(71.716.000)	(7.077.714)	(233.972.120)
Resultados financeiros	(338.327)	(147.696)	(939.641)	(26.140)	(150.204)	(401)	(1.602.409)
Resultados relativos a investimentos	-	-	59	-	-	-	59
Imposto sobre o rendimento	(255.717)	81.720	(2.632.754)	(1.285.122)	(315.217)	(140.343)	(4.547.433)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.333.057	370.265	7.207.112	32.626.062	1.957.129	(476.763)	43.016.862
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	(409.391)	-	-	-	(409.391)
Outro rendimento integral do exercício	28.258	-	18	-	31.742	2	60.020
Total rendimento integral do exercício	1.361.315	370.265	6.797.739	32.626.062	1.988.871	(476.761)	42.667.491

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	7.500.000	182.500.000	148.000.000	121.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2014/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2020	-	20.000.000	-	55.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2019	5.000.000	30.000.000	5.000.000	35.000.000
Sonae Investimentos 2017/2022		31.000.000	-	-
Sonae Investimentos 2017/2018	100.000.000	-	-	-
Outros	6.144.402	24.093.006	6.678.849	20.540.714
	118.644.402	337.593.006	159.678.849	281.540.714
Descobertos bancários (Nota 20)	2.815.638	-	17.729.578	-
Custos de montagem de financiamentos	(7.543)	(135.645)	-	(265.801)
Empréstimos bancários	121.452.497	337.457.361	177.408.427	281.274.913
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	50.000.000	-	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2020	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	-	95.000.000	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	3.000.000	9.000.000	3.000.000	12.000.000
Obrigações IVN 2016/2023	5.000.000	25.000.000	5.000.000	30.000.000
Custos de montagem de financiamentos	(29.194)	(1.693.455)	(1.483)	(1.993.142)
Empréstimos por obrigações	57.970.806	282.306.545	7.998.517	340.006.858
Outros empréstimos	75.297	12.030	12.030	1.335.080
Instrumentos derivados (Nota 26)	1.248.119	-	358.117	-
Outros empréstimos	1.323.416	12.030	370.147	1.335.080
Credores por locações financeiras (Nota 25)	491.416	708.477	550.624	953.990
	181.238.135	620.484.413	186.327.715	623.570.841

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,32% (1,44% em 31 de dezembro de 2016). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	180.026.753	9.702.686	185.971.081	10.884.129
N+2	50.721.362	8.357.428	78.894.669	9.201.800
N+3	165.550.634	7.473.557	47.687.327	8.005.849
N+4	193.121.884	4.032.582	274.784.071	6.177.724
N+5	165.669.633	1.897.110	207.463.717	1.945.137
Após N+5	47.250.000	772.760	17.000.000	379.708
	802.340.266	32.236.123	811.800.865	36.594.348

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae Investimentos quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2017 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sonae Investimentos dispunha conforme detalhado na Nota 20, “Caixa e equivalentes de caixa”, o valor de 159.563.205 euros (101.996.613 euros em 31 de dezembro de 2016) e ainda as linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	94.443.125	242.750.000	52.769.017	348.000.000
Montantes de linhas contratadas	105.760.000	537.500.000	218.260.000	511.000.000

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os “Credores por locações financeiras” tinham a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	506.077	569.715	491.416	550.624
N+2	413.698	436.446	406.798	424.951
N+3	197.784	360.341	195.524	355.318
N+4	84.963	137.695	84.297	136.601
N+5	21.927	36.514	21.859	36.349
Após N+5	-	771	-	771
	1.224.449	1.541.482	1.199.894	1.504.614
Juros futuros	(24.555)	(36.868)		
	1.199.894	1.504.614		
Componente de curto prazo			491.416	550.624
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			708.477	953.990

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Bens objeto de locação financeira		
Terrenos e edifícios	83.707	95.524
Equipamento básico	831.141	902.146
Equipamento transporte	666.754	709.262
Total de ativos fixos tangíveis	1.581.602	1.706.932

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 2.394.135 euros (4.556.218 euros em 31 de dezembro de 2016).

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza, fundamentalmente, derivados de taxa de câmbio de forma a efetuar cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae Investimentos contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.248.119 euros (358.117 euros em 31 de dezembro de 2016), e no ativo de 179.881 euros (4.207.972 euros em 31 de dezembro de 2016).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros”.

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2017, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empresas participantes	400.003.610	400.001.807
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	1.151.347	57.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	1.734.885	986.816
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	402.889.842	401.046.123
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 28)	2.949.568	1.759.823
Extensão de garantias a clientes (2.15)	7.551.397	15.051.644
Outros acréscimos e diferimentos	2.398.958	3.102.521
Outros passivos não correntes	415.789.765	420.960.111

A rubrica “Empresas participantes” inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros correspondente a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo. O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2017 é de 52.315 euros (52.994 euros em 31 de dezembro de 2016) por obrigação tendo sido determinado com base no método dos fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro de referencia realizada entre a Sonae SGPS, SA, Sonae Investments BV e Sontel BV. A 31 de dezembro de 2017 a Sontel, BV detinha a totalidade das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” inclui 542.812 euros (628.119 euros em 2016) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 13), sendo que não tem maturidade definida.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2017 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Acções							
	2014	2017	-	-	2.269.192	-	1.983.274
	2015	2018	72	1.737.573	1.717.914	1.956.507	1.501.457
	2016	2019	81	2.196.307	2.604.753	2.494.525	2.276.555
	2017	2020	86	3.427.809	-	3.859.715	-
Total				7.361.689	6.591.859	8.310.747	5.761.286

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	3.387.203	1.144.484
Registado em exercícios anteriores	1.504.078	2.598.612
	4.891.281	3.743.096
Registado em outros passivos não correntes (Nota 27)	2.949.568	1.759.823
Registado em outros passivos correntes (Nota 31)	1.941.713	1.983.273
	4.891.281	3.743.096

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2017	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	633.884.151	633.439.686	444.465
Worten	367.760.895	367.760.895	-
Sonae Sports & Fashion	75.958.364	75.238.367	719.997
Sonae RP	129.279	128.332	947
Maxmat	14.335.703	14.335.703	-
Sonae FS	564.154	564.154	-
Outros	6.146.377	5.715.984	430.393
	1.098.778.923	1.097.183.121	1.595.802
Fornecedores, faturas em receção e conferência	79.024.647	79.024.647	-
	1.177.803.570	1.176.207.768	1.595.802

	31 dezembro 2016 Reexpresso	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Sonae MC	620.363.642	620.363.642	-
Worten	324.337.041	324.326.397	10.644
Sonae Sports & Fashion	82.080.961	81.930.687	150.274
Sonae RP	99.686	76.044	23.642
Maxmat	13.726.746	13.726.746	-
Sonae FS	1.015.851	965.047	50.804
Outros	4.969.844	4.701.426	268.418
	1.046.593.771	1.046.089.989	503.782
Fornecedores, faturas em receção e conferência	77.121.305	77.121.305	-
	1.123.715.076	1.123.211.294	503.782

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae Investimentos da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2017	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	69.345.980	68.278.019	709.290	358.671
Outras dívidas	48.504.274	48.229.776	139.469	135.029
	117.850.254	116.507.795	848.759	493.700
Empresas participadas e participantes	27.107.138			
	144.957.392			

	31 dezembro 2016	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	71.890.515	70.606.078	602.346	682.091
Outras dívidas	39.551.618	39.018.717	344.774	188.127
	111.442.133	109.624.795	947.120	870.218
Empresas participadas e participantes	44.396.659			
	155.838.792			

A rubrica “Outras dívidas” inclui:

- 10.421.939 euros (8.344.127 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 16.150.935 euros (15.042.306 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 3.447.882 euros (3.992.919 euros em 31 de dezembro de 2016) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32);

Em 31 de dezembro de 2017 na rubrica “Empresas participadas e participantes” estão incluídos cerca de 27,1 milhões de euros (44,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) de valor a pagar à Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo Sonae Investimentos no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, SA é a empresa mãe.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Gastos com o pessoal	116.998.013	109.219.524
Outros fornecimentos e serviços externos	39.795.241	34.617.917
Extensão de garantias a clientes (Nota 2.15)	57.862.718	45.073.283
Publicidade e propaganda	15.347.936	11.619.869
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.5.c)	17.728.428	17.558.769
Rendas fixas debitadas antecipadamente	6.914.805	7.953.466
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 28)	1.941.713	1.983.273
Encargos financeiros a liquidar	1.632.754	1.688.638
IMI- Imposto municipal sobre imóveis	2.097.284	2.154.473
Outros	9.898.801	9.431.793
	<u>270.217.693</u>	<u>241.301.005</u>

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2017	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2017
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 11.3)	-	11.451.896	-	-	11.451.896
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	119.536.814	853.597	(5.744.050)	169.243	114.815.604
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.497.024	-	-	22.925	1.519.949
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	2.450.000	-	(2.450.000)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	7.543.512	2.412.256	(1.628.626)	-	8.327.142
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	7.436.976	1.224.158	(1.531.236)	-	7.129.898
Provisões não correntes	16.006.272	88.421	(1.434.720)	-	14.659.973
Provisões correntes	3.204.001	4.172.357	(1.765.975)	-	5.610.383
	157.674.599	20.202.685	(14.554.607)	192.168	163.514.845

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2016	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2016
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 8)	134.000.955	9.162.300	(23.428.814)	(197.627)	119.536.814
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.497.024	-	-	-	1.497.024
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	2.450.000	-	-	-	2.450.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	4.474.758	1.718.742	(881.037)	2.231.049	7.543.512
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	11.161.470	1.198.112	(4.957.266)	34.660	7.436.976
Provisões não correntes	12.485.642	1.924.219	(3.549.840)	5.146.251	16.006.272
Provisões correntes	2.819.950	415.947	(31.896)	-	3.204.001
	168.889.799	14.419.320	(32.848.853)	7.214.333	157.674.599

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Provisões e perdas de imparidade na demonstração de resultados	8.773.550	12.757.903
Imparidades registadas em investimentos em empreendimentos conjuntos (Notas 11 e 37)	11.451.896	-
Variação cambial	-	1.935.597
Outros	(22.761)	(274.180)
	20.202.685	14.419.320

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o valor de diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Reversão de provisões e de perdas por imparidade (Nota 39)	(4.844.352)	(11.164.106)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(1.516.773)	(276.628)
Reversão de imparidade em devedores por alienação de investimentos financeiros na MDS	(1.000.000)	-
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis	(5.744.010)	(7.664.810)
Utilizações e reversões registados em ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	-	(13.949.808)
Conversão cambial	(1.330.033)	-
Outras responsabilidades	(119.439)	206.499
	(14.554.607)	(32.848.853)

As rubricas “Provisões não correntes” e “Provisões Correntes” incluem:

- 7.358.151 euros (8.521.318 euros em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

- a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de produtos de marca própria transacionados pelo segmento de negócio Worten, no valor de 1.056.471 euros (1.449.195 euros em 31 de dezembro de 2016).

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017, é como se segue:

	Credores por locações financeiras (Nota 25)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)	Empréstimos de partes relacionadas (Nota 44)
Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.504.614	808.035.825	(3.849.855)	399.366.337
Fluxos de caixa:				
Recebimentos de dívida financeira	-	5.527.621.977	-	651.118
Pagamentos de dívida financeira	-	(5.520.590.308)	-	(27.000)
Descobertos Bancários	-	(14.913.940)	-	-
Amortizações Capital Leasing	(304.720)	-	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	-	4.918.093	-
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-
Gastos de montagem dos financiamentos	-	394.589	-	-
Outros	-	(1.273.608)	-	9.545
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.199.894	799.274.535	1.068.238	400.000.000

34 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

- Garantias e fianças prestadas

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	957.564.770	980.164.471
por processos judiciais em curso	327.624	816.509
por processos autárquicos em curso	9.126.363	8.048.110
contratuais por bom cumprimento	13.078.087	22.339.055
outras garantias	5.911.363	10.525.488

a) Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 531,7 milhões de euros (556,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) relativos aos períodos de 2004 a 2013, relacionados com os segmentos Sonae MC e Worten, para os quais o Grupo apresentou ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Processos referentes a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 146,6 milhões de euros (142,9 milhões de euros em 2016) a favor da Administração Fiscal relativos aos exercícios de 2007 a 2014. Nestas garantias ou fianças o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma filial no Brasil das unidades de retalho no montante de 16,4 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente

aos quais foram prestadas garantias no montante de 48 milhões de euros (190,9 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 151-A/2013 e DL 248-A) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 22 milhões de euros, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento (Nota 13).

c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

a) Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae Investimentos garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (28,5 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2017 a 32 milhões de euros (32,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 56,1 milhões de euros (60,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae Investimentos, a Sonae MC e a Modelo Continente, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como “Plano EDP Continente”. De referir que o Plano EDP/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão, sendo expectativa do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

35 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 148.917.387 euros (129.232.244 euros em 31 de dezembro de 2016) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	36.200.457	31.295.656
N+1	109.867.974	99.074.273
N+2	103.927.315	92.353.586
N+3	99.401.000	88.722.989
N+4	92.302.227	84.812.386
N+5	83.333.700	77.863.977
Após N+5	695.972.547	654.336.715
	1.221.005.220	1.128.459.582

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

Durante o exercício de 2017 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 10.481.220 euros (8.166.718 euros em 31 de dezembro de 2016) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	3.249.765	2.601.926
N+1	7.067.596	5.333.931
N+2	5.867.981	4.563.589
N+3	4.934.059	3.355.334
N+4	3.902.687	2.453.356
N+5	3.388.640	1.556.643
Após N+5	13.710.831	5.179.130
	42.121.559	25.043.910

No final dos períodos de locação em curso, o Grupo tem, em determinados contratos, a possibilidade de exercer a opção de compra dos ativos de acordo com o justo valor.

36 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “Vendas e as prestações de serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Vendas de mercadorias	5.422.919.339	5.097.446.112
Vendas de produtos	50.378.517	29.945.492
	<u>5.473.297.856</u>	<u>5.127.391.604</u>
Prestações de serviços	116.259.162	90.689.599
	<u>5.589.557.018</u>	<u>5.218.081.203</u>

37 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os rendimentos e gastos relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como se segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Dividendos	130.450	102.077
Alienação da Imoconti	-	6.473.006
Correção ao custo de aquisição de filiais	1.111.020	-
Outros	(7.006)	(13.162)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	<u>1.104.014</u>	<u>6.459.844</u>
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	-
Outros	-	33.311
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 11.3)	(11.451.896)	-
Reversão de imparidade em devedores por alienação de investimentos financeiros	1.000.000	-
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	<u>(10.451.896)</u>	<u>-</u>
Total de rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos	<u>(9.217.432)</u>	<u>6.595.232</u>

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Imparidades de investimentos” inclui:

- Imparidade da participação na MOVVO no valor de 2.843.436 euros como consequência do processo de insolvência em que esta se encontra;
- Imparidade da participação na MDS SGPS, no valor de 8.608.460 euros.

Em 31 de dezembro de 2016 na rubrica “Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais” está incluída a alienação da filial Imoconti a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra.

38 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 têm a seguinte decomposição:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(5.247.086)	(5.458.637)
relativos a obrigações não convertíveis	(5.983.003)	(9.344.504)
relativos a outros empréstimos	(32.444.444)	(32.533.333)
relativos a contratos de locação financeira	(21.589)	(97.839)
outros	(943.163)	(2.024.385)
	(44.639.285)	(49.458.698)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.541.710)	(4.598.501)
Justo valor da parte ineficiente dos derivados de cobertura	-	(326.290)
Encargos de emissão de dívida	(3.338.461)	(4.243.541)
Outros	(2.545.273)	(1.832.851)
	(54.064.729)	(60.459.881)
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	28.307	43.087
outros	426.831	504.197
	455.138	547.284
Diferenças de câmbio favoráveis	2.158.959	2.405.970
Outros proveitos e ganhos financeiras	379.261	934.942
	2.993.358	3.888.196
Resultados financeiros	(51.071.371)	(56.571.685)

39 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Rendimentos suplementares	689.881.272	632.504.480
Ganhos na alienação de ativos	13.884.430	62.720.180
Diferenças cambiais	28.005.604	19.858.504
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.570.069	24.646.152
Trabalhos para a própria empresa (Nota 9)	15.269.418	12.304.495
Benefícios de penalidades contratuais	5.521.757	85.444
Reversão de perdas por imparidade e provisões (Nota 32)	4.844.352	11.164.106
Indemnizações relativas a sinistros	955.475	202.159
Subsídios à exploração	483.599	683.686
Outros	5.293.449	4.034.077
	788.709.425	768.203.283

A rubrica de “Proveitos suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae investimentos.

Na rubrica de “Ganhos na alienação de ativos” estão incluídos os ganhos relativos à operação de “Sale & Leaseback” no valor de 10,8 milhões de euros (62,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) (Nota 8).

40 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Publicidade e propaganda	100.859.325	103.617.254
Rendas e alugueres	181.174.366	164.538.872
Transportes de mercadorias	62.826.909	57.864.872
Electricidade e combustíveis	65.359.546	57.186.931
Trabalhos especializados	74.640.034	75.626.105
Conservação e reparação	26.258.119	25.098.712
Custos com terminais pagamento automático	13.228.694	11.873.307
Vigilância e segurança	21.324.158	20.235.568
Limpeza, higiene e conforto	24.236.560	22.857.109
Comunicação	10.539.102	10.206.411
Deslocações e estadas	13.769.607	12.282.115
Materiais de consumo	13.647.713	13.431.933
Seguros	6.818.549	6.531.694
Entregas ao domicílio	7.154.844	6.479.543
Subcontratos	7.139.803	2.841.385
Outros	77.854.718	74.697.942
	706.832.046	665.369.752

41 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Remunerações	554.167.083	515.228.164
Encargos sobre remunerações	118.394.250	109.777.633
Seguros	11.455.837	9.843.767
Gastos com ação social	4.724.739	4.653.024
Outros gastos com pessoal	17.613.001	19.742.318
	706.354.910	659.244.905

42 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é a seguinte:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Variação cambial	26.955.888	19.682.434
Cartão Galp/Continente	12.952.899	12.995.805
Perdas na alienação e abates de ativos	14.078.852	11.848.235
Impostos indiretos e taxas	9.685.621	9.317.900
Donativos	7.483.624	7.714.303
Imposto municipal sobre imóveis	2.356.778	1.891.745
Outros gastos	8.204.638	8.458.714
	81.718.300	71.909.136

43 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Imposto corrente	24.451.060	15.404.691
Imposto diferido (Nota 19)	14.779.989	15.573.525
	39.231.049	30.978.216

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Resultado antes de impostos	74.906.574	118.445.194
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas e outras	(6.682.447)	(40.168.091)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	3.554.143	5.940.454
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	2.214.469	1.804.667
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	10.451.896	-
Lucro tributável	84.444.635	86.022.224
Registo de perdas fiscais/créditos fiscais sem que tenha sido constatado o correspondente activo por imposto diferido (conta a receber da empresa mãe RETGS)	110.409.112	-
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(2.680.090)	(1.676.961)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	42.154.690	4.466.012
	234.328.347	88.811.275
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%
	49.208.953	18.650.368
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(13.361.493)	(14.898.812)
Efeito da anulação de impostos diferidos (Nota 19)	-	28.306.619
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha (Nota 19)	17.457.039	-
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(5.917.232)	-
Utilização de benefícios fiscais	(3.707.409)	(1.869.269)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(13.316.631)	(11.326.861)
Tributação autónoma	3.514.653	3.553.912
Derrama	6.133.306	10.201.829
Outros	(780.137)	(1.639.570)
Imposto sobre o rendimento	39.231.049	30.978.216

Durante o exercício o Grupo optou pela afetação dos prejuízos fiscais à sociedade dominante, pelo que a Empresa não procedeu ao registo do rendimento associado (nota 2.14).

44 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empresa - Mãe	1.420.209	1.522.423	1.572.539	2.015.763
Empreendimentos conjuntos	15.452.390	-	268.214.124	-
Empresas associadas	35.722.849	39.503.679	36	385.396
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	62.259.955	60.514.779	66.169.383	67.177.375
	114.855.403	101.540.881	335.956.082	69.578.534

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empresa - Mãe	279	8.873	614.989	33.673.963
Empreendimentos conjuntos	8.751	-	-	-
Empresas associadas	10.332	19.449	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	-	32.491.891	537.828
	19.362	28.322	33.106.880	34.211.791

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empresa - Mãe	4.705.299	35.783.208	28.449.648	46.399.686
Empreendimentos conjuntos	7.907.193	-	27.360.753	-
Empresas associadas	1.618.834	5.663.219	1.843	621.579
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	22.859.938	43.501.277	21.715.021	29.620.444
	37.091.264	84.947.704	77.527.265	76.641.709

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
Empresas associadas	-	-	-	660.663
Outras partes relacionadas (Nota 27) ⁽¹⁾	400.000.000	400.027.000	-	-
	400.000.000	400.027.000	-	660.663

1) Consideram-se “Outras partes relacionadas” as filiais ou empreendimentos conjuntos da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

Em 2017, o Grupo adquiriu ações representativas de 2,47% do capital social da MDS, SGPS, SA a uma entidade relacionada do Grupo Sonae, pelo valor de 1.614.800 euros (Nota 11.3).

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos à MDS, SGPS, S.A. (Nota 13).

Em dezembro de 2016, o Grupo alienou a sua filial Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA a uma entidade relacionada do grupo Sonae Sierra. Esta operação gerou um encaixe financeiro de 21 milhões de euros e uma mais valia de 6,5 milhões de euros (Nota 37).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, tem a seguinte composição:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2017	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)
Benefícios de curto prazo	1.587.634	6.076.590	1.481.884	5.126.674
Benefícios em ações	581.800	1.762.700	497.000	1.525.200
	2.169.434	7.839.290	1.978.884	6.651.874

- (a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

45 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
	Operações Continuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	27.632.093	80.676.328	(204.696)	
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	27.632.093	80.676.328	(204.696)	
Numero de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000	900.000.000	
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações	-	-	-	
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000	900.000.000	
Resultado por ação				
Básico	0,030702	0,089640	(0,000227)	
Diluído	0,030702	0,089640	(0,000227)	

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

46 RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 podem ser analisados como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Recebimentos		
Recebimento da alienação da Imoconti em 2016 (Nota 16)	21.009.032	-
Recebimento relativo à alienação da Raso SGPS	537.500	2.500.000
Recebimento relativo à alienação da MDS SGPS	6.507	
Acerto preço aquisição da Losan	-	1.416.954
	21.553.039	3.916.954

Pagamentos	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Aquisição da Gowell- Promoção Eventos, Catering e Consultoria, SA (Nota 5)	3.788.464	-
Aumento capital na Ulabox	2.007.819	2.667.132
Compra de ações MDS SGPS, SA	1.614.800	-
Fundo compensação Trabalho	1.323.730	-
Prestações Suplementares de capital na S2 Mozambique, SA	1.078.154	-
Aquisição da Brio- Prod. Agricultura Biológica, SA (Nota 5)	931.023	-
Aumento de capital na Movvo	380.783	2.260.746
Aquisição da Salsa	-	65.588.931
Aumento capital na S2 Mozambique SA	-	1.607.217
Acerto preço aquisição da Elergone	-	600.562
Outros	-	23.992

- Atividade de Financiamento

Recebimentos	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Alienação de unidade de participação do Fundo Imosonae Dois	1.124.447	173.261
Outros	88.740	170.112
	1.213.187	343.373

Pagamentos	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Aquisição de unidade de participação do Fundo Imosonae Dois	1.267.876	-
Outros	236.377	28.688
	1.504.253	28.688

47 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e Underlying EBITDA, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados indiretos incluem os resultados relativos a: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) goodwill negativo (liquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, Underlying EBITDA e EBIT são calculados apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração dos resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	31 dezembro 2017			31 dezembro 2016		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.589.557.018	-	5.589.557.018	5.218.081.203	-	5.218.081.203
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	130.450	-	130.450	102.077	-	102.077
Imparidades	(11.451.897)	(11.451.897)	-	-	-	-
Outros	2.104.015	1.111.020	992.995	6.493.155	-	6.493.155
Outros proveitos						
Reversão de perdas por imparidade	3.122.219	-	3.122.219	9.138.889	-	9.138.889
Reversão de provisões para garantias	1.737.441	-	1.737.441	-	-	-
Outros	769.924.615	-	769.924.615	687.511.135	-	687.511.135
Total de rendimentos	6.355.123.861	(10.340.877)	6.365.464.738	5.921.326.459	-	5.921.326.459
Total de gastos	(6.020.444.410)	(1.123.135)	(6.019.321.275)	(5.599.990.670)	(1.030.583)	(5.598.960.087)
Amortizações e depreciações	(187.990.954)	-	(187.990.954)	(170.339.340)	-	(170.339.340)
Ganhos e perdas em ativos tangíveis e intangíveis	(10.561.923)	-	(10.561.923)	(12.330.245)	-	(12.330.245)
Provisões e perdas por imparidade:						
Provisões para garantias	(1.344.717)	-	(1.344.717)	1.914.139	-	1.914.139
Outras	(7.428.833)	-	(7.428.833)	(12.616.495)	-	(12.616.495)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	127.353.024	(11.464.012)	138.817.036	127.963.848	(1.030.583)	128.994.431
Resultados não usuais	2.179.064	-	2.179.064	52.993.486	-	52.993.486
Resultados financeiros	(51.071.371)	-	(51.071.371)	(56.571.685)	-	(56.571.685)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros						
MDS	(636.607)	-	(636.607)	(3.932.887)	-	(3.932.887)
Ulabox	(1.778.372)	-	(1.778.372)	(1.763.445)	-	(1.763.445)
Outros	(1.139.164)	-	(1.139.164)	(244.122)	-	(244.122)
Resultados antes de impostos	74.906.574	(11.464.012)	86.370.586	118.445.195	(1.030.583)	119.475.778
Impostos sobre o rendimento	(39.231.049)	-	(39.231.049)	(30.978.216)	-	(30.978.216)
Resultado líquido do período das operações continuadas	35.675.525	(11.464.012)	47.139.537	87.466.979	(1.030.583)	88.497.562
Resultado líquido do período das operações descontinuadas	-	-	-	(409.391)	(409.391)	-
Resultado líquido do exercício	35.675.525	(11.464.012)	47.139.537	87.057.588	(1.439.974)	88.497.562
Atribuível aos acionistas	27.632.093	(11.464.012)	39.096.105	80.471.632	(1.439.974)	81.911.606
Interesses sem controlo	8.043.432	-	8.043.432	6.585.956	-	6.585.956
"Underlying" EBITDA (b)			341.546.077			315.039.545
EBITDA (a)			340.170.998			362.092.577
EBIT Direto (c)			137.311.507			175.945.386

- (a) EBITDA = total de proveitos diretos - total de gastos diretos – reversão de perdas por imparidade diretos + resultados pelo método de equivalência patrimonial + provisões para extensões de garantia + resultados não usuais;
- (b) “Underlying” EBITDA = EBITDA– efeito do método da equivalência patrimonial – resultados considerados não recorrentes;
- (c) EBIT = EBT - resultado financeiro - dividendos;
- (d) EBT = Resultado direto antes de impostos;
- (e) Resultado direto = Resultado do período, excluindo contributos para os resultados indiretos;
- (f) Resultados indiretos = (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no Goodwill, (iii) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (iv) resultados de

avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo; e (v) outros temas não relevantes.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos	(11.451.897)	-
Operações descontinuadas	-	(409.391)
Outros	(12.115)	(1.030.583)
Total	(11.464.012)	(1.439.974)

O “Underlying Ebitda Direto”, pode ser analisado como segue:

	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
EBITDA direto	340.170.998	362.092.577
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos registados pelo MEP e outros (Nota 11)	3.554.143	5.940.454
Resultados não usuais		
Mais valias na alienação de ativos fixos	(10.760.430)	(63.144.813)
Mais valia com a alienação da Imoconti (Nota 37)	-	(6.473.006)
Outros gastos considerados não recorrentes	8.581.366	16.624.333
"Underlying" EBITDA Direto	341.546.077	315.039.545

48 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de março de 2017 a Sonae, através de uma das suas subsidiárias, assinou um Memorando de Entendimento (MoU) com a JD Sports Fashion Plc (JD Group), retalhista líder no Reino Unido em marcas de desporto, moda e outdoor, e a JD Sprinter Holdings 2010 (JD Sprinter), que previa a combinação dos negócios na Península Ibérica da JD Group e da JD Sprinter com a SDSR – Sports Division SR, SA (Sport Zone). Este MoU estabelecia os parâmetros principais para a criação de um Grupo Ibérico de desporto que teria como acionistas a JD Group, a Sonae e a família acionista da JD Sprinter, com posições de aproximadamente 50%, 30% e 20%, respetivamente. Conforme acordo celebrado iniciaram-se procedimentos de determinação dos ativos, passivos e operações a ser objeto desta transação.

Em 14 de setembro de 2017 a Sonae MC Modelo continente SGPS, SA chegou a um acordo com a com a JD Sports Fashion Plc, a Balaico Firaja Invest S.L. e a JD Sprinter Holdings 2010, S.L. (JD Sprinter) que prevê a combinação da JD Sprinter e da Sport Zone nos termos acima descritos. No entanto a concretização desta transação entrava-se sujeita ao cumprimento de condições suspensivas dependentes de terceiros, nomeadamente aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, a autorização da alteração acionista por parte dos proprietários das lojas locados do negócio Sport Zone bem como das garantias bancárias.

A aprovação por parte da Direção Geral da Concorrência ocorreu em 18 janeiro de 2018 e o cumprimento das restantes condições suspensivas ocorreu até 31 de janeiro de 2018, data em que o Grupo considerou que se concretizou a transação e a respetiva perda de controlo.

Tendo em consideração as referidas condições suspensivas a Sonae Investimentos considerou que a 31 de dezembro de 2017 não estão reunidas as condições para considerar a Sport Zone como um ativo detido para venda e considerar a respetiva atividade como descontinuada.

Em 2018, e considerando a perda de controlo na Sport Zone, a Sport Zone e suas participadas deixaram de ser incluídas pelo método de consolidação integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae Investimentos, e passaremos a incluir a participação na nova parceria pelo método da equivalência patrimonial.

Os principais impactos estimados desta transação podem ser analisados como segue:

- Na demonstração da posição financeira:

Valores em euros	Sport Zone e participadas	
	31 janeiro 2018	31 dezembro 2017
Ativos líquidos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	54.333.770	54.659.282
Goodwill	5.722.037	5.722.037
Ativos por impostos diferidos	6.878.552	6.593.675
Inventários	53.757.633	54.408.789
Clientes e outros ativos	8.162.466	9.836.456
Caixa e equivalentes de caixa	6.062.386	6.679.540
Financiamentos obtidos não correntes	(6.445.557)	(45.948.953)
Passivos por impostos diferidos	(973.004)	(963.072)
Financiamentos obtidos correntes	(2.236.375)	(21.619.782)
Fornecedores e outros passivos	(49.235.829)	(52.809.981)
Suprimentos dos accionistas	-	60.883.601
Total de ativos líquidos alienados	76.026.079	77.441.592
Ajuste ao preço	(5.037.587)	
Justo valor de recebimentos futuros estimados	5.000.000	
Ganho na operação	7.453.921	
Justo valor da participação	83.442.413	

- Na demonstração consolidada de resultados serão transferidos para resultados das operações descontinuadas os seguintes valores:

Valores em euros	Sport Zone e participadas	
	31 janeiro 2018	31 dezembro 2017
Vendas e prestações de serviços	16.510.977	225.204.616
Outros rendimentos	409.024	2.841.993
Custo das vendas	(9.566.671)	(131.701.289)
Fornecimentos e serviços externos	(4.787.791)	(64.999.689)
Outros gastos e perdas	(4.224.728)	(48.798.968)
Resultado financeiro	(25.380)	(1.208.847)
Resultado antes impostos	(1.684.569)	(18.662.184)
Imposto sobre o rendimento	269.048	167.312
Resultado líquido	(1.415.521)	(18.494.872)

49 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2018, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

50 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2017		31 dezembro 2016	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae Investimentos- SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Sonae MC					
BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Brio – Produtos de Agricultura Biológica, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Continente Hipermercados, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Seleção, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	a) Lisboa	51,00%	51,00%	-	-
MCCARE – Serviços de Saúde, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Make Notes Design, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) SK Skin Health Cosmetics, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
4) Sohi Meat Solutions- Distribuição de Carnes, SA	a) Santarém	50,00%	50,00%	100,00%	100,00%
Worten					
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a) Malta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canarias, S.L.	a) Tenerife	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

		(Espanha)				
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten España Distribución, S.L.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Sports & Fashion						
5)	Aduanas Caspe, S.L.U.	a) Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
3)	Bright Brands Sports Goods, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Comercial Losan Polonia SP. Z.O.O.	a) Varsóvia (Polónia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Comercial Losan, S.L.U.	a) Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
6)	Discovery Sports, SA	a) Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
	Fashion Division, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fashion Division Canárias, SL	a) Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
5)	Global Usebti, S.L.	a) Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
	Irmãos Vila Nova, SA	b) Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, SA	b) Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	IVN – Serviços Partilhados, SA	b) Vila Nova de Famalicão	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	IVN Asia Limited	b) Hong Kong (China)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Losan Colombia, S.A.S.	a) Bogotá (Colombia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Losan Overseas Textile, S.L	a) Saragoça (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	Losan Russia	a) Moscovo (Rússia)	100,00%	100,00%	-	-
	Losan Tekstil Urun.V E Dis Ticaret, L.S.	a) Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

3)	Salsa Canarias SL	b)	Tenerife (Espanha)	60,00%	30,00%	-	-
	Salsa DE GmbH	b)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa Distribution USA LLC	b)	New York (EUA)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Salsa France, S.A.R.L.	b)	Paris (França)	100,00%	50,00%	99,99%	50,00%
	Salsa Luxembourg, Sàrl	b)	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	b)	Vila Nova de Famalicão	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	b)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
	Sport Zone España - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
	Usebti Textile México S.A. de C.V.	a)	Cidade do México (Mexico)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zíppy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae RP							
	Arat Inmuebles, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3)	Asprela – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
	Azulino Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a)	Maia	80,40%	80,40%	80,40%	80,40%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	98,00%	98,00%	97,91%	97,91%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesaggest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	a)	Maia	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Maxmat

Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
--	----	------	--------	--------	--------	--------

Sonae FS

SFS – Serviços de Gestão e Marketing, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Financial Services, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Outros

Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
7) SCBrasil Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae SR Malta Holding Limited	a)	Malta	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae SR – Serviços e Logística, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaecenter Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic BV	a)	Amesterdão (Holanda)	70,71%	70,71%	70,71%	70,71%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Matosinhos	100,00%	70,71%	100,00%	70,71%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	70,71%	100,00%	70,71%

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa;

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

1) Filial adquirida no período;

2) Ex- MJB Design, Lda;

- 3) Filial constituída no período;
- 4) No dia 3 de janeiro de 2017, foi constituída uma Joint Venture entre a Sonae MC e a Hilton Food Group PLC através de um aumento de capital deste Grupo na Sohimeat. A partir deste momento, a Sohimeat é consolidada pelo método da equivalência patrimonial;
- 5) Filiais absorvidas por fusão na Comercial Losan, SL;
- 6) Filial fusionada na SDSR – Sports Division SR, SA;
- 7) Ex – Sonae Capital Brasil, Lda.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de abril de 2018.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luis Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luis Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

**Demonstrações financeiras
separadas**

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADAS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos intangíveis	7	86	215
Investimentos	6	1.636.342.459	1.625.691.885
Ativos por impostos diferidos		3.042	-
Outros ativos não correntes	5, 8	1.444.692.956	1.149.120.000
Total de ativo não corrente		3.081.038.543	2.774.812.100
ATIVO CORRENTE:			
Outras dívidas de terceiros	5, 9	1.215.249.146	1.605.728.621
Estado e outros entes públicos	10	5.619.332	8.362.600
Outros ativos correntes	5, 11	3.234.157	4.542.059
Caixa e equivalentes de caixa	5, 12	475.958	215.967
Total de ativo corrente		1.224.578.593	1.618.849.247
TOTAL DO ATIVO		4.305.617.136	4.393.661.347
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	13	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	14	174.845.768	170.940.266
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	15	1.621.939.314	1.587.734.790
Resultado líquido do exercício		843.784	78.110.026
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.797.628.866	2.836.785.082
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	257.306.545	310.006.858
Empréstimos bancários	5, 16	213.500.000	121.000.000
Outros passivos não correntes	5, 17	400.000.000	400.000.000
Total de passivo não corrente		870.806.545	831.006.858
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	5, 16	52.970.806	2.998.517
Empréstimos bancários	5, 16	110.012.621	150.557.707
Fornecedores	5, 18	168.320	41.122
Outras dívidas a terceiros	5, 19	469.514.996	567.053.117
Estado e outros entes públicos	10	1.893.882	1.893.948
Outros passivos correntes	5, 20	2.621.100	3.324.996
Total de passivo corrente		637.181.725	725.869.407
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.305.617.136	4.393.661.347

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)		31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	24	19.996.081	79.934.094
Rendimentos e ganhos financeiros	25	30.705.118	60.316.585
Outros rendimentos	26	628.244	383.256
Fornecimentos e serviços externos	27	(2.941.642)	(3.225.009)
Gastos com o pessoal		(44.307)	(54.603)
Depreciações e amortizações	7	(129)	(219)
Provisões e perdas por imparidade		(13.522)	-
Gastos e perdas financeiras	25	(47.756.635)	(63.656.913)
Outros gastos e perdas	28	(115.540)	(58.270)
Resultado antes de impostos		457.668	73.638.921
Imposto sobre o rendimento	29	386.116	4.471.105
Resultado líquido do exercício		843.784	78.110.026
Resultados por ação (básico e diluído)	30	0,0009	0,0868

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Resultado líquido do exercício	843.784	78.110.026
Total rendimento integral do exercício	843.784	78.110.026

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido	Total	
				Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas	Resultados transitados			Total outras reservas e resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2016		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.330.091.519	(2.200.320)	1.647.891.199	(20.156.409)	2.798.675.056
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	78.110.026	78.110.026
Aplicação do resultado de 2015:									
Transferência para reservas	13, 14, 15	-	-	-	(22.356.729)	2.200.320	(20.156.409)	20.156.409	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)	-	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro 2016		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.267.734.790	-	1.587.734.790	78.110.026	2.836.785.082
Saldo em 1 de janeiro de 2017		1.000.000.000	170.940.266	320.000.000	1.267.734.790	-	1.587.734.790	78.110.026	2.836.785.082
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	-	843.784	843.784
Aplicação do resultado de 2016:									
Transferência para reservas	14, 15	-	3.905.502	-	34.204.524	-	34.204.524	(38.110.026)	-
Dividendos distribuídos	13	-	-	-	-	-	-	(40.000.000)	(40.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.000.000.000	174.845.768	320.000.000	1.301.939.314	-	1.621.939.314	843.784	2.797.628.866

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(3.168.438)	(3.117.801)
Pagamentos ao pessoal		(44.349)	(54.553)
Fluxos gerados pelas operações		(3.212.787)	(3.172.354)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		3.147.927	2.939.637
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		477.432	(1.563.166)
Fluxos das atividades operacionais (1)		412.572	(1.795.883)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	31	39.288.084	135.237.870
Juros e rendimentos similares		42.805.004	54.570.072
Dividendos		1.611.750	114.810
Outros		9.857.867	8.719.151
Empréstimos concedidos		5.526.563.482	6.936.590.903
		5.620.126.187	7.135.232.806
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	31	(42.029.068)	(17.058.361)
Empréstimos concedidos		(5.444.946.246)	(6.388.511.366)
		(5.486.975.314)	(6.405.569.727)
Fluxos das atividades de investimento (2)		133.150.873	729.663.079
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	32	7.394.553.858	8.063.721.260
		7.394.553.858	8.063.721.260
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	32	(7.439.953.213)	(8.674.915.564)
Juros e gastos similares		(47.859.012)	(66.692.586)
Dividendos	13	(40.000.000)	(40.000.000)
		(7.527.812.225)	(8.781.608.150)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(133.258.367)	(717.886.890)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		305.078	9.980.306
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	(2.341.740)	(12.322.046)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	(2.036.662)	(2.341.740)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

O Conselho de Administração,

SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 6).

2 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo Interpretations Committee (“IFRS-IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar

as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2017, e que se encontram divulgados na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras anexas dado, na sua maioria não serem aplicáveis às demonstrações financeiras separadas da Empresa.

Emendas à IAS 7 - Demonstração de fluxos de caixa IAS - foi aplicada pela primeira vez no corrente exercício. As alterações preconizam a divulgação de informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar as alterações nos passivos resultantes das atividades de financiamento, independentemente das referidas alterações terem ou não impacto nos fluxos de caixa. Os passivos da Empresa relativos à atividade de financiamento incluem os empréstimos (nota 16) e os empréstimos obtidos de empresas do grupo (nota 17 e nota 19). A conciliação entre os saldos iniciais e finais destas rubricas consta da nota 32.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018, bem como normas ainda não aprovadas pela União Europeia, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não se estima virem a implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa, encontrando-se em finalização a análise de possíveis impactos decorrentes da aplicação da IFRS 9. A descrição de tais normas encontra-se igualmente na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica depreciações e amortizações da demonstração dos resultados.

3.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

3.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 5.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na nota 5.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerado que o efeito do desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 3.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transações altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor da filial em análise, baseado na avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

3.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

3.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor e considera, quando existem situações relevantes, a tributação diferida.

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira Outras dívidas de terceiros/Outras dívidas a terceiros respetivamente.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo, pelo que apenas a sociedade dominante releva os montantes correspondentes a tais prejuízos fiscais, sem que dê origem a qualquer fluxo financeiro, sendo certo que até ao exercício anterior (2016) esses prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do grupo eram compensados pela entidade dominante do grupo.

3.11 Transações com entidades relacionadas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 23.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

4.1 Risco de mercado

Pela sua natureza e relevância, revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

4.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Estima-se que a exposição a este risco à data das demonstrações da posição financeira, seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2017 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 13 milhões euros (12,5 milhões euros em 2016), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

4.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras separadas das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

4.1.3 Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2017 a maturidade média da dívida da empresa, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,0 anos (2016: 4,0 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2017, o montante de empréstimos com vencimento em 2018 é de 163 milhões de euros (154 milhões de euros com vencimento para 2017) e em 31 de dezembro de 2017 a empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 94 milhões de euros (52 milhões de euros em 2016) com compromisso inferior ou igual a um ano e 150 milhões de euros (335 milhões de euros em 2016) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a empresa possuía em 31 de dezembro de 2017 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 12. Face ao anteriormente exposto a empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

4.2 Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

5 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 3.5, a 31 de dezembro de 2017, foram classificados como segue:

Ativos financeiros		31.dezembro.2017			
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Outros ativos não correntes	8	1.444.692.956	1.444.692.956	-	1.444.692.956
		<u>1.444.692.956</u>	<u>1.444.692.956</u>	-	<u>1.444.692.956</u>
Ativos correntes					
Outras dívidas de terceiros	9	1.215.249.146	1.215.249.146	-	1.215.249.146
Outros ativos correntes	11	1.640.954	1.640.954	1.593.203	3.234.157
Caixa e equivalentes de caixa	12	475.958	475.958	-	475.958
		<u>1.217.366.058</u>	<u>1.217.366.058</u>	<u>1.593.203</u>	<u>1.218.959.261</u>
		<u>2.662.059.014</u>	<u>2.662.059.014</u>	<u>1.593.203</u>	<u>2.663.652.217</u>

Passivos financeiros		31.dezembro.2017			
	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	257.306.545	257.306.545	-	257.306.545
Empréstimos bancários	16	213.500.000	213.500.000	-	213.500.000
Outros passivos não correntes	17	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
		<u>870.806.545</u>	<u>870.806.545</u>	-	<u>870.806.545</u>
Passivos correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	52.970.806	52.970.806	-	52.970.806
Empréstimos bancários	16	110.012.621	110.012.621	-	110.012.621
Fornecedores	18	168.320	168.320	-	168.320
Outras dívidas a terceiros	19	469.514.996	469.514.996	-	469.514.996
Outros passivos correntes	20	2.621.100	2.621.100	-	2.621.100
		<u>635.287.843</u>	<u>635.287.843</u>	-	<u>635.287.843</u>
		<u>1.506.094.388</u>	<u>1.506.094.388</u>	-	<u>1.506.094.388</u>

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 3.5, a 31 de dezembro de 2016, foram classificados como segue:

Ativos financeiros		31.dezembro.2016			
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes					
Outros ativos não correntes	8	1.149.120.000	1.149.120.000	-	1.149.120.000
		<u>1.149.120.000</u>	<u>1.149.120.000</u>	<u>-</u>	<u>1.149.120.000</u>
Ativos correntes					
Outras dívidas de terceiros	9	1.605.728.621	1.605.728.621	-	1.605.728.621
Outros ativos correntes	11	2.947.314	2.947.314	1.594.745	4.542.059
Caixa e equivalentes de caixa	12	215.967	215.967	-	215.967
		<u>1.608.891.902</u>	<u>1.608.891.902</u>	<u>1.594.745</u>	<u>1.610.486.647</u>
		<u>2.758.011.902</u>	<u>2.758.011.902</u>	<u>1.594.745</u>	<u>2.759.606.647</u>
Passivos financeiros		31.dezembro.2016			
	Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	310.006.858	310.006.858	-	310.006.858
Empréstimos bancários	16	121.000.000	121.000.000	-	121.000.000
Outros passivos não correntes	17	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
		<u>831.006.858</u>	<u>831.006.858</u>	<u>-</u>	<u>831.006.858</u>
Passivos correntes					
Empréstimos obrigacionistas	16	2.998.517	2.998.517	-	2.998.517
Empréstimos bancários	16	150.557.707	150.557.707	-	150.557.707
Fornecedores	18	41.122	41.122	-	41.122
Outras dívidas a terceiros	19	567.053.117	567.053.117	-	567.053.117
Outros passivos correntes	20	3.324.996	3.324.996	-	3.324.996
		<u>723.975.459</u>	<u>723.975.459</u>	<u>-</u>	<u>723.975.459</u>
		<u>1.554.982.317</u>	<u>1.554.982.317</u>	<u>-</u>	<u>1.554.982.317</u>

6 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2017					Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
	% detenção	Saldo inicial	Custo de aquisição		Saldo final		
			Aumentos	Diminuições			
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	22,75%	300.000	-	-	300.000	-	300.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	2.394.591	-	2.394.591 (5)	-	-	-
Elergone Energia, Lda	75,00%	1.118.737	78.125 (1)	-	1.196.862	-	1.196.862
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	80,40%	103.497.607	-	-	103.497.607	-	103.497.607
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	-	-	1.267.876 (1)	1.124.447 (6)	143.429	-	143.429
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	100,00%	50.000	2.000.000 (3)	-	2.050.000	-	2.050.000
MDS, SGPS, SA	-	59.766.920	-	59.766.920 (5) (6)	-	-	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	24.790.614	-	24.790.614
MOVVO, SA	25,58%	3.252.061	380.782 (2)	-	3.632.843	3.632.843	-
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	-	2.100.000	87.910 (2)	2.187.910 (5)	-	-	-
Selífa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.513.379	-	1.513.379 (5)	-	-	-
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	99,99%	50.000	30.930.000 (2) (3)	-	30.980.000	-	30.980.000
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	100,00%	-	2.050.000 (3) (4)	-	2.050.000	-	2.050.000
Sonae Capital Brasil, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	19.600.308	19.600.308	-
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	2.000.000 (3)	-	60.032.319	-	60.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	1.438.804.276	-	-	1.438.804.276	48.217.000	1.390.587.276
Sonae Financial Services, SA	100,00%	17.330.000	3.000.000 (2) (3)	-	20.330.000	-	20.330.000
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	-	1	-	1
Sonaeinvest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Total		1.732.985.162	41.794.693	66.987.246	1.707.792.610	71.450.151	1.636.342.459

- (1) Aquisição a entidade não relacionada;
(2) Cobertura de prejuízos/prestações acessórias;

- (3) Aumento de capital;
- (4) Constituição;
- (5) Alienação a entidades relacionada;
- (6) Alienação a entidades não relacionadas.

Durante o exercício de 2017 foram revertidas imparidades sobre os investimentos de partes de capital em subsidiárias conforme nota 21 e 24.

Em resultado das alienações efetuadas no exercício, foram revertidas perdas por imparidade e reconhecidos ganhos conforme notas 21 e 24.

Empresa	31.dezembro.2016						Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
	% detenção	Custo de aquisição				Saldo final		
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições				
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	22,75%	300.000	-	-	-	300.000	-	300.000
Azulino - Imobiliária, SA	-	498.025	-	498.026	(5)	-	-	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	2.265.000	-	2.265.000	(5)	-	-	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.669.375	-	1.669.375	(5)	-	-	-
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.394.591	-	-	-	2.394.591	2.394.591	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	-	477.848	-	477.848	(5)	-	-	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	2.390.191	-	2.390.191	(5)	-	-	-
Elergone Energia, Lda	75,00%	1.118.737	-	-	-	1.118.737	-	1.118.737
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	-	24.940	-	24.940	(5)	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	80,40%	103.497.607	-	-	-	103.497.607	-	103.497.607
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	-	27.334.891	47.054	(1)	27.381.945	(5)	-	-
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.359.000	-	1.359.000	(5)	-	-	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	-	24.940	-	24.940	(5)	-	-	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.559.940	7.000.000	(2)	8.559.940	(5)	-	-
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	-	109.736	-	109.736	(5)	-	-	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	100,00%	-	50.000	(1)	-	50.000	-	50.000
MDS, SGPS, SA	47,53%	59.766.920	-	-	-	59.766.920	17.770.000	41.996.920
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.809.397	-	1.809.397	(5)	-	-	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24.790.614	-	-	-	24.790.614	3.280.000	21.510.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	-	10.655.164	-	10.655.164	(5)	-	-	-
MOVVO, SA	25,58%	991.315	2.260.746	(2) (3)	-	3.252.061	-	3.252.061
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	50.000	2.050.000	(2) (3)	-	2.100.000	-	2.100.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	-	6.372.293	-	6.372.293	(5)	-	-	-
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	-	50.000	-	50.000	(5)	-	-	-
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	-	1.513.379	948.379	565.000
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	100,00%	-	50.000	(4)	-	50.000	-	50.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	-	550.000	-	550.000	(5)	-	-	-
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	-	133.162	-	133.162	(6)	-	-	-
Sonae Capital Brasil, Ltda	37,00%	19.600.308	-	-	-	19.600.308	19.600.308	-
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	1.438.804.276	-	-	-	1.438.804.276	63.300.000	1.375.504.276
Sonae Financial Services, SA	100,00%	12.330.000	5.000.000	(2)	-	17.330.000	-	17.330.000
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	-	-	1	-	1
Sonaeinvest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	-	384.351	-	384.351
Valor N, SA	-	2.087.315	-	2.087.315	(5)	-	-	-
Total		1.782.945.633	16.457.800	66.418.271		1.732.985.162	107.293.277	1.625.691.885

- (1) Aquisição;
- (2) Cobertura de prejuízos/prestações acessórias;
- (3) Aumento de capital;
- (4) Constituição;
- (5) Alienação a entidades relacionada;
- (6) Alienação a entidades não relacionadas.

Durante o exercício de 2016 foram registadas perdas por imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias conforme notas 21 e 24.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Total ativos intangíveis
Ativo bruto		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.414.091	1.414.091
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.414.091	1.414.091
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1.414.091	1.414.091
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2016	1.413.657	1.413.657
Aumentos	219	219
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	1.413.876	1.413.876
Aumentos	129	129
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	1.414.005	1.414.005
Valor líquido		
A 31 de dezembro de 2016	215	215
A 31 de dezembro de 2017	86	86

8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Empréstimos concedidos (nota 34)	1.443.692.956	1.149.080.000
Outras dívidas de terceiros	1.000.000	40.000
	1.444.692.956	1.149.120.000

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas têm uma natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 3.5.

No exercício de 2017 encontram-se registadas perdas por imparidade no montante de 3.241.916 euros no empréstimo concedido à Sonae Capital Brasil, Ltda (3.241.916 euros em 2016 no empréstimo concedido à Sonae Capital Brasil, Ltda) (nota 21).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os empréstimos concedidos não se encontram vencidos.

Na rubrica outras dívidas de terceiros encontra-se registado o montante de 1.000.000 euros relativo à alienação de uma participação financeira, a ser recebido da MDS, SGPS, SA.

9 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Empréstimos de curto prazo (nota 34)	1.188.643.000	1.564.872.949
Juros por liquidar	19.560.207	30.448.655
Impostos - RETGS	2.255.524	5.149.159
Liquidações adicionais IRC	17.721	17.721
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3 de novembro)	1.002.114	1.002.114
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro)	2.763.268	2.795.019
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro)	788.298	788.298
Devedores investimentos financeiros	-	575.714
Outros	232.536	78.992
	<u>1.215.262.668</u>	<u>1.605.728.621</u>
Perdas por imparidade acumuladas (nota 21)	(13.522)	-
	<u>1.215.249.146</u>	<u>1.605.728.621</u>

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

O montante de 2.255.524 euros (3.608.665 euros a 31 dezembro 2016) registado na rubrica impostos (RETGS), corresponde a pagamentos por conta e retenções na fonte, que de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades foram transferidos para a Sonae, SGPS, SA, sociedade dominante.

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2016 de 3 de novembro), correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10 ESTADO E OUTROS ENTRES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Imposto sobre o rendimento	5.619.212	8.362.480
Outros	120	120
Saldos devedores	5.619.332	8.362.600
	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Imposto sobre o rendimento	1.893.202	1.893.202
Imposto sobre o valor acrescentado	-	24
Contribuições para a segurança social	677	719
Retenção de imposto sobre rendimentos	3	3
Saldos credores	1.893.882	1.893.948

O valor na rubrica saldos devedores corresponde fundamentalmente a valores a receber de imposto sobre o rendimento, ainda não reembolsado.

11 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de outros ativos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Juros a receber	1.163.639	2.377.105
Juros de mora ou indemnizatórios	187.030	187.030
Fianças	245.285	338.179
Outros	45.000	45.000
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.640.954	2.947.314
Seguros	120.334	171.091
Custos com emissão de dívida	1.472.869	1.418.335
Outros	-	5.319
Gastos diferidos	1.593.203	1.594.745
	3.234.157	4.542.059

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Depósitos bancários	475.958	215.967
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	475.958	215.967
Descobertos bancários	(2.512.621)	(2.557.707)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	(2.036.662)	(2.341.740)

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

13 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1 euro.

A subsidiária, Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA, é detentora de 100.000.000 ações Sonae Investimentos. Estas ações são consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2017, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de 78.110.026 euros foi aplicado em reservas legais (3.905.502 euros), reservas livres (34.204.524 euros) e distribuição de dividendos (40.000.000 euros).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Sonae, SGPS, SA	25,0287%	25,0287%
Sonae Investments BV	13,1419%	13,1419%
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	10,0000%	10,0000%
Sonaecenter Serviços, SA	51,8269%	51,8269%
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	0,0025%	0,0025%

Em 31 de dezembro de 2017 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA, empresa que direta e indiretamente detém 100% da sociedade.

14 RESERVAS LEGAIS

A Empresa constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais.

15 OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de reservas e resultados transitados era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Reserva nos termos do artº 324º CSC	320.000.000	320.000.000
Entradas facultativas de capital	372.000.000	372.000.000
Outras reservas	929.939.314	895.734.790
	1.621.939.314	1.587.734.790

Na sequência da detenção de ações da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

16 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2022	50.000.000	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2020	75.000.000	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	30.000.000	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	95.000.000	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	9.000.000	12.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(1.693.455)	(1.993.142)
Empréstimos obrigacionistas	257.306.545	310.006.858
Papel comercial	182.500.000	121.000.000
Outros empréstimos bancários	31.000.000	-
Empréstimos bancários	213.500.000	121.000.000
Empréstimos não correntes	470.806.545	431.006.858
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2013/2018	50.000.000	-
Obrigações Sonae Investimentos / 2016/2021	3.000.000	3.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(29.194)	(1.483)
Empréstimos obrigacionistas	52.970.806	2.998.517
Papel comercial	7.500.000	148.000.000
Outros empréstimos bancários	100.000.000	-
Descobertos bancários (nota 12)	2.512.621	2.557.707
Empréstimos bancários	110.012.621	150.557.707
Empréstimos correntes	162.983.427	153.556.224

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	31.dezembro.2017		31.dezembro.2016	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N	-	-	153.557.707	7.884.057
N+1	163.012.621	6.952.560	60.500.000	6.468.024
N+2	10.500.000	5.983.847	10.500.000	5.522.376
N+3	88.000.000	5.892.725	163.000.000	4.741.014
N+4	184.200.000	3.411.126	199.000.000	1.560.751
N+5	159.800.000	1.520.543	-	-
após N+5	30.000.000	583.000	-	-
	635.512.621	24.343.801	586.557.707	26.176.222

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae Investimentos quanto à sua data de amortização.

Em 31 de dezembro de 2017 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para além dos montantes referidos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 12) a empresa dispunha ainda das linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31.dezembro.2017		31.dezembro.2016	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	105.500.000	432.500.000	203.000.000	456.000.000
Montante de linhas disponíveis	94.183.125	150.000.000	52.442.293	335.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2017 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,26% (1,43% em 31 de dezembro de 2016).

17 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

O montante de 400.000.000 euros registado a 31 de dezembro de 2017 e 2016 nesta rubrica diz respeito a um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo.

O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2017 é de 52.315 euros (52.994 euros em 31 de dezembro de 2016) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro de referencia da transação realizada entre a Sonae SGPS, SA, Sonae Investments, BV e a Sontel, BV em 2016.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sontel, BV detinha a totalidade das obrigações.

18 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa.

19 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Empresas do grupo:		
Empréstimos de curto prazo (nota 34)	467.819.727	562.219.082
Impostos - RETGS	1.660.038	4.532.087
Fornecedores de investimentos	33.800	268.175
Outros	1.431	33.773
	469.514.996	567.053.117

O montante de 1.660.038 euros registado na rubrica impostos (4.532.087 euros em 31 de dezembro de 2016), corresponde ao imposto de exercícios anteriores apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, da qual a Empresa era dominante até 2013.

20 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Juros a liquidar	1.438.230	1.618.268
Fianças	966.463	1.372.154
Outros	216.407	334.574
Credores por acréscimos de gastos	2.621.100	3.324.996

21 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2017 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Saldo final
Imparidade em investimentos (Notas 6 e 24)	107.293.277	14.696.583	50.539.709	-	71.450.151
Imparidade em outros ativos não correntes (notas 8 e 24)	5.691.916	-	1.000.000	(1.450.000)	3.241.916
Imparidade em outras dívidas de terceiros (nota 9)	-	13.522	-	-	13.522

Os aumentos e diminuições registados na rubrica de investimentos e outros ativos não correntes encontram-se refletidos na demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

22 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso		
Garantias bancárias	91.997.043	86.763.780
Fianças prestadas pela empresa mãe	245.298.495	255.152.531
outras	1.770.000	12.403.113
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	62.888.849	62.888.849

- a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados, a correções efetuadas pela Administração Fiscal ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes a cobertura de prejuízos acumulados por sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação, bem como à desconsideração da

dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada, e correções efetuadas pela Administração Fiscal relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2016 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores, à data de 31 de dezembro de 2017 encontram-se em aberto o montante de cerca de 6.754.000 euros (6.785.751 euros em 31 de dezembro de 2016) tendo sido canceladas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

23 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

<u>Saldos:</u>	<u>31.dezembro.2017</u>	<u>31.dezembro.2016</u>
Acionistas	2.300.467	3.671.763
Empresas subsidiárias	21.083.764	34.701.540
Empresas controladas conjuntamente	1.000.000	-
Empresas associadas	27.794	9.545
Contas a receber	24.412.025	38.382.848
Acionistas	966.463	1.372.154
Empresas subsidiárias	2.048.451	5.165.471
Empresas controladas conjuntamente	19.704	-
Outras partes relacionadas	355.746	355.747
Contas a pagar	3.390.364	6.893.372
Empresas subsidiárias	2.635.577.872	2.716.543.747
Empresas associadas	-	651.119
Empréstimos concedidos	2.635.577.872	2.717.194.865
Empresas subsidiárias	467.819.727	562.219.082
Outras partes relacionadas	400.000.000	400.000.000
Empréstimos obtidos	867.819.727	962.219.082

Transações:	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Acionistas	1.025.537	1.426.728
Empresas subsidiárias	4.201	-
Empresas controladas conjuntamente	13.217	-
Empresas associadas	-	25.494
Outras partes relacionadas	143	139
Compras e serviços recebidos	1.043.098	1.452.361
Acionistas	47.302	64.684
Empresas subsidiárias	298.805	300.162
Outros rendimentos	346.107	364.847
Empresas subsidiárias	30.639.035	59.506.501
Empresas controladas conjuntamente	8.751	-
Empresas associadas	-	89.745
Juros auferidos	30.647.786	59.596.245
Acionistas	613.322	33.673.053
Empresas subsidiárias	2.912.917	13.346.715
Outras partes relacionadas	32.487.993	467.448
Juros suportados	36.014.232	47.487.216
Empresas subsidiárias (nota 24)	1.611.750	114.810
Dividendos auferidos	1.611.750	114.810
Empresas subsidiárias (nota 24)	9.857.867	8.719.151
Rendimentos unidades de participação	9.857.867	8.719.151
Empresas subsidiárias	37.539.630	132.697.871
Alienação de investimentos financeiros	37.539.630	132.697.871
Empresas subsidiárias	-	50.000
Aquisição de investimentos financeiros	-	50.000

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 2.378.443.000 euros (2.274.217.272 euros em 2016), tendo sido liquidados 2.378.443.000 euros (2.274.217.272 euros em 2016).

Em 2017 e 2016, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Não foi atribuída qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

24 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Dividendos:		
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	1.500.000	-
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	111.750	114.810
	<u>1.611.750</u>	<u>114.810</u>
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	9.840.439	3.239.706
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	17.428	5.479.445
	<u>9.857.867</u>	<u>8.719.151</u>
Reversão / (perdas) de imparidade em investimentos financeiros:		
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	700.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.557.375
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	2.394.591	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	945.191
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	7.436.055
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	3.280.000	-
MDS, SGPS, SA	17.770.000	(8.200.000)
Modelo Hiper Imobiliária, SA	-	642.516
MOVVO, SA	(3.632.843)	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	1.619.397
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	948.379	-
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	15.083.000	-
	<u>35.843.127</u>	<u>4.700.534</u>
Reversão de imparidade em outros ativos não correntes (nota 21)	<u>1.000.000</u>	-
	<u>1.000.000</u>	-
Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos:		
Azulino - Imobiliária, SA	-	1.048.253
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	11.139.405
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	4.068.995
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	(1.850.319)	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	-	5.879.403
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	5.119.443
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.582.033
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	-	2.780.707
Igíinha - Sociedade Imobiliária, SA	-	13.816.785
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	-	462.670
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	(7.434.591)
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	-	152.114
MDS, SGPS, SA	(28.841.210)	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	2.104.317
Modelo Hiper Imobiliária, SA	-	1.077.836
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	(219.377)	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	-	10.899.005
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	-	1.617.925
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	2.594.243	-
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	-	10.489.116
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	-	(13.162)
Valor N, SA	-	1.609.345
	<u>(28.316.663)</u>	<u>66.399.599</u>
	<u>19.996.081</u>	<u>79.934.094</u>

25 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	20.721	11.479
relativos a empréstimos concedidos	30.647.786	59.596.245
outros	1.786	26.024
Outros ganhos financeiros	34.825	682.837
Rendimentos e ganhos financeiros	30.705.118	60.316.585
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(2.343.598)	(2.568.943)
relativos a obrigações não convertíveis	(5.983.003)	(9.344.504)
relativos a empréstimos obtidos	(36.014.232)	(47.487.216)
Outros gastos e perdas financeiras		
encargos com emissão de dívida	(3.403.975)	(4.246.824)
outros gastos e perdas financeiras	(11.827)	(9.426)
Gastos e perdas financeiras	(47.756.635)	(63.656.913)

26 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Recuperação de encargos	93.155	21.535
Fianças	258.718	352.009
Outros proveitos operacionais	276.371	9.712
	628.244	383.256

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Trabalhos especializados	243.679	153.880
Serviços bancários	1.182.143	1.106.600
Seguros	483.988	504.897
Contencioso e notariado	5.645	31.270
Fianças	1.025.537	1.426.728
Outros fornecimentos e serviços	650	1.634
	2.941.642	3.225.009

28 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante registado na rubrica outros gastos diz essencialmente respeito a imposto do selo.

29 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2017 e 2016 são detalhados como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Imposto corrente	(383.074)	(3.668.390)
Imposto diferido	(3.042)	(802.715)
Total	(386.116)	(4.471.105)

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Resultado antes de imposto	457.668	73.638.921
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
	96.110	15.464.173
Prejuízos fiscais que não deram origem a impostos diferidos	2.059.362	-
Perdas de imparidade não aceites fiscalmente	3.089.122	1.722.000
Reversão perdas de imparidade não aceites fiscalmente	(10.823.339)	(2.709.112)
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	(383.074)	(3.668.390)
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	5.911.347	(15.262.767)
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(338.468)	(24.110)
Outros	2.824	7.101
Imposto sobre o rendimento	(386.116)	(4.471.105)

Durante o exercício o Grupo Sonae optou pela afetação dos prejuízos fiscais à sociedade dominante, pelo que a Empresa não procedeu ao registo do rendimento associado (nota 3.10). O efeito desta alteração encontra-se apresentado na linha prejuízos fiscais que não deram origem a impostos diferidos.

30 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2017	31.dezembro.2016
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	843.784	78.110.026
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	843.784	78.110.026
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	0,0009	0,0868

31 RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	31.dezembro.2017		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	(544.272)	544.272	-
Elergone - Energia Lda	78.125	-	312.500
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	1.267.876	-	1.267.876
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	(1.124.447)	1.124.447	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	2.000.000	-	2.000.000
MDS, SGPS, SA	(30.925.710)	30.925.710	-
MOVVO, SA	380.782	-	380.782
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	87.910	-	87.910
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	(1.968.533)	1.968.533	-
Raso, SGPS, SA	-	537.500	-
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	(4.107.622)	4.107.622	-
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	30.930.000	-	30.930.000
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	2.050.000	-	2.050.000
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	-	80.000	-
Sonae Center Serviços II, SA	2.000.000	-	2.000.000
Sonae Financial Services, SA	3.000.000	-	3.000.000
	3.124.109	39.288.084	42.029.068
	31.dezembro.2016		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Azulino - Imobiliária, SA	(1.546.279)	1.546.279	-
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	(13.404.405)	13.404.405	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	(5.738.370)	5.738.370	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	(6.357.251)	6.357.251	-
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	(7.509.634)	7.509.634	-
Elergone - Energia Lda	-	-	600.561
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	(1.606.973)	1.606.973	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	(30.162.652)	30.162.651	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	47.053	-	47.054
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	(15.175.785)	15.175.785	-
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	(487.610)	487.610	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	(1.125.349)	1.125.349	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	7.000.000	-	7.000.000
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	(261.850)	261.850	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	50.000	-	50.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	(3.913.714)	3.913.714	-
Modelo Hiper Imobiliária, SA	(11.733.000)	11.733.000	-
MOVVO, SA	550.001	-	2.260.746
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	2.050.000	-	2.050.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	(17.271.298)	17.271.298	-
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	(1.667.925)	1.667.925	-
Raso, SGPS, SA	-	2.500.000	-
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	50.000	-	50.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	(11.039.116)	11.039.116	-
Soliférias - Operadores Turísticos, SA	(120.000)	40.000	-
Sonae Financial Services, SA	5.000.000	-	5.000.000
Valor N, SA	(3.696.660)	3.696.660	-
	(118.070.817)	135.237.870	17.058.361

32 RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2017 é como se segue:

	Empréstimos obtidos (nota 16)	Empresas do grupo (notas 17 e 19)
Saldo 1 de janeiro de 2017	584.563.082	962.219.082
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos bancários	52.000.000	-
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obrigacionistas	(3.000.000)	-
Descobertos bancários	(45.086)	-
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(94.399.355)
Gastos em empréstimos obrigacionistas	271.976	-
Saldo 31 de dezembro de 2017	633.789.972	867.819.727

33 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2018. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

34 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Capital Brasil, Ltda

Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Asprela - Sociedade Imobiliária, SA

Azulino - Imobiliária, SA

BB Food Service, SA

Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA

Bom Momento - Restauração, SA

BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA

Bright Brands SportsGoods, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Elergone Energia, Lda

Farmácia Selecção, SA

Fashion Division, SA

Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha - Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema- Sociedade Imobiliária, SA

Infofield – Informática, SA

Make Notes Design, Lda

MCCARE, Serviços de Saúde, SA

MDS, SGPS, SA

Modelo Continente Hipermercados, SA

Modelo Hiper Imobiliária, SA

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA

Modalfa – Comércio e Serviços, SA

Modalloop – Vestuário e Calçado, SA

Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, SA

Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA

Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA

SDSR – Sports Division SR, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA

SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA

SK Skin Health Cosmetics, SA

Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA

Sonae SGPS, SA

Sonaerp – Retail Properties, SA

Sonaesr – Serviços e Logística, SA

Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Textil do Marco, SA

Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, SA

Valor N, SA

Worten – Equipamentos para o Lar, SA

Zippy - Comércio e Distribuição, SA

Zyevolution – Investigação e Desenvolvimento, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2017
Asprela - Sociedade Imobiliária, SA	3.091.000
Azulino - Imobiliária, SA	231.000
Bright Brands SportsGoods, SA	1.136.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	171.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	642.000
Fashion Division, SA	2.562.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	450.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	44.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	11.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	19.000
Infofield - Informática, SA	993.000
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	82.000
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	128.000
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	514.000
Modelo Continente Hipermercados, SA	635.769.000
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	75.000
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	326.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	217.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	938.000
Sonae Capital Brasil, Ltda	11.975.872
Sonae Center Serviços II, SA	34.619.000
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	1.897.924.000
Sonaerp - Retail Properties, SA	37.745.000
Sondis Imobiliária, SA	3.163.000
Zippy - Comércio e Distribuição, SA	2.752.000
	2.635.577.872

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Empresa	31.dezembro.2017
BB Food Service, SA	1.520.000
BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA	115.000
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	7.427.000
Bom Momento - Comercio Retalhista, SA	1.339.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	1.164.000
Continente Hipermercados, SA	145.344.727
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	11.250.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	2.104.000
Elergone Energias, Lda	314.000
Farmácia Seleção, SA	2.659.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	1.305.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	1.755.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	1.476.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	507.000
Make Notes Design, Lda	729.000
Modelo Hiper Imobiliária, SA	6.859.000
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	9.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	9.134.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	12.919.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	7.099.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	42.713.000
SFS - Serviços de Gestão e Marketing, SA	9.268.000
SK Skin Health Cosmetics, SA	1.701.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	6.440.000
SonaeSR - Serviços e Logística, SA	7.087.000
Têxtil do Marco, SA	940.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	56.000
Valor N, SA	213.000
Worten - Equipamentos para o Lar, SA	184.280.000
Zyevolution Investigacao e Desenvolvimento, SA	93.000
	467.819.727

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de abril de 2018.

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Luís Miguel Vieira de Sá da Mota Freitas

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E SEPARADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas de Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (a Entidade) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidenciam um total de 3.824.157.020 euros e 4.305.617.136 euros, respetivamente, um total de capital próprio de 785.561.847 euros e 2.797.628.866 euros, respetivamente, incluindo um resultado líquido atribuível aos acionistas da Empresa-mãe de 27.632.093 euros e um resultado líquido da Entidade de 843.784 euros), as demonstrações consolidada e separada dos resultados, as demonstrações consolidada e separada do rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada e separada da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e separados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
--	--

Imparidade de Goodwill e outros ativos não correntes

(Notas 2.2, 2.8, 8 a 10 e 32 do Anexo às das demonstrações financeiras consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico de goodwill ascendia a 553 milhões de euros, de ativos fixos tangíveis a 1.648 milhões de euros e de ativos intangíveis a 343 milhões de euros.

Conforme indicado nas Notas 2.2 e 2.8, o Grupo reconhece perdas de imparidade quando o valor de recuperação de um dado ativo ou conjunto de ativos se demonstra inferior ao seu valor contabilístico.

Os testes de imparidade incorporam julgamentos complexos, materializados em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura.

Em determinadas situações, nomeadamente perante ativos imobiliários, o Grupo procede à determinação do valor de venda (menos custos de alienação), recorrendo, nestes casos, essencialmente, a avaliações realizadas por especialistas. Tais processos de avaliação envolvem igualmente diversos pressupostos.

Como resultado do seu processo de análise, o Grupo nas suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017, em relação a ativos fixos tangíveis, intangíveis ou Goodwill não registou perdas de imparidade significativas (Nota 32).

Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a avaliação dos controlos relevantes relacionados com a identificação de indícios de imparidade ao nível dos ativos não correntes do Grupo, avaliação da recuperabilidade dos montantes de goodwill e unidades geradoras de caixa com goodwill associado, bem como a análise do exercício de avaliação de perdas de imparidade nas situações em que o Grupo identifica indícios de imparidade em ativos não correntes.

No que diz respeito à avaliação do valor de recuperação usado pelo Grupo no processo de avaliação de imparidade, a nossa análise incluiu:

- avaliação dos critérios definidos pelo Grupo para determinação das unidades geradoras de caixa;
- obtenção dos modelos de avaliação utilizados para determinar a quantia recuperável de cada unidade geradora de caixa e teste à correção aritmética desses modelos;
- avaliação da metodologia usada pelo Grupo no processo de determinação do valor de uso, nomeadamente face aos requisitos do normativo contabilístico aplicável;
- avaliação dos pressupostos subjacentes aos modelos, envolvendo, quando considerado necessário, especialistas internos da Deloitte para avaliar de forma crítica os pressupostos utilizados, nomeadamente, as taxas de desconto, taxas de crescimento de curto e longo prazo utilizadas, para além dos próprios fluxos de caixa previsionais;
- realização de discussões com os órgãos de gestão e seus representantes;
- execução de análises de sensibilidade à robustez dos pressupostos e previsões utilizados;
- análise dos procedimentos levados a cabo por auditores das componentes significativas para os quais o assunto é aplicável nos termos referidos na Matéria relevante de auditoria abaixo.

Relativamente aos ativos que foram alvo de avaliações com base em valores de mercado, avaliamos os pressupostos de rendas e yields utilizados pelo Grupo e pelos seus avaliadores na sua determinação, avaliando a adequacidade dos métodos usados e comparando as avaliações obtidas com as avaliações realizadas em exercícios anteriores.

Avaliamos a adequacidade das divulgações efetuadas sobre esta matéria.

Recuperação de ativos não correntes e impostos diferidos ativos nas operações do Grupo em Espanha

(Notas 6.1 e 19 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

O Grupo mantém um montante de, aproximadamente, 20 milhões de euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais registado nas suas demonstrações financeiras referente às suas operações de retalho em Espanha, tendo, durante o exercício reconhecido passivos por impostos diferidos no montante de 17,5 milhões de euros relativos à mesma geografia (Nota 19), sendo que o valor de ativos não

Obtivemos a documentação com a estimativa do órgão de gestão sobre a recuperação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais em Espanha. Sobre esta documentação realizamos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- validamos a correção aritmética da estimativa e sua adequação com as regras fiscais vigentes em Espanha;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>correntes naquela geografia ascende a, aproximadamente, 106 milhões de euros (Nota 6.1).</p> <p>A recuperabilidade dos referidos ativos depende do sucesso da concretização dos planos de negócios estimados para as entidades tributadas em Espanha de acordo com o regime de grupos de sociedades, sendo que a análise da recuperabilidade dos mesmos é uma área de elevado grau de julgamento e incerteza, nomeadamente tendo em linha de conta o histórico de perdas assumidas ao nível do negócio de retalho em Espanha e bem assim o prazo alargado estimado de recuperação dos ativos por impostos diferidos (10 anos) (Nota 19).</p> <p>Pelas razões acima descritas, consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • verificamos a consistência do plano de recuperação dos prejuízos fiscais registados com os planos de negócio providenciados pelo Grupo para análise e avaliação de perdas de imparidade sobre goodwill e ativos não correntes; • analisamos a evolução dos processos fiscais em Espanha relativos a prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores para os quais não se encontram registados os respetivos impactos fiscais, bem como os eventuais impactos da sua resolução ao nível dos resultados tributáveis futuros do Grupo; • efetuamos uma análise específica sobre as operações de Espanha, nomeadamente verificando a capacidade das empresas tributadas pelo regime do consolidado fiscal em Espanha gerarem resultados tributáveis positivos, capazes de absorver os prejuízos fiscais acumulados para os quais foram registados ativos por impostos diferidos; • avaliamos os principais pressupostos utilizados pela Gestão relativamente às operações de retalho do Grupo em Espanha. <p>Analisamos igualmente as divulgações efetuadas sobre esta matéria.</p>

Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores

(Notas 2.10, 2.16, 14, 18 e 39 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme descrito nas Notas 2.10 e 2.16 do Anexo às demonstrações financeiras o Grupo Sonae Investimentos efetua um conjunto significativo de contratos com fornecedores que originam receitas comerciais com os mesmos.</p> <p>Os rendimentos obtidos junto de fornecedores é uma área de foco de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, complexidade e volume das transações efetuadas.</p> <p>Genericamente, este tipo de rendimento tem essencialmente duas naturezas:</p> <p>(i) Em função de compras a fornecedores, sendo os descontos recebidos registados como dedução aos valores de custo das vendas sempre que não relacionados com campanhas específicas. A determinação do volume de compras efetuadas e a multiplicidade de critérios na determinação dos produtos abrangidos por tais acordos incrementa significativamente a complexidade de cálculo dos referidos acordos;</p> <p>(ii) Associadas a contratos promocionais relativos a ações específicas, colocação de artigos em loja em localizações determinadas, em função de vendas a clientes finais entre outras naturezas, não diretamente associados a processos de compra de mercadoria, que são registados pelo Grupo como Outros rendimentos (Notas 2.16 e 39).</p> <p>O registo contabilístico de cada uma das naturezas de rendimentos acima identificados implica a existência de contratos formalizados, uma análise detalhada dos termos definidos no contrato, exercício de julgamento na sua classificação, e tempestividade do registo da receita, estando suportado em sistemas de informação específicos com tipologias definidas de receitas comerciais sendo o registo contabilístico</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria nesta área incluíram a análise do desenho e implementação de controlos na área de receitas comerciais, bem como a avaliação da operacionalidade dos controlos considerados como relevantes.</p> <p>A análise dos controlos implementados pelo Grupo incluiu não só a análise de procedimentos estabelecidos sobre os contratos, sua realização, aprovação e acordo com fornecedor, mas também procedimentos de controlo estabelecidos sobre sistemas de suporte, e interfaces de informação com base nos quais são efetuados cálculos, como é o caso dos contratos cujo valor é calculado em função dos volumes de compras, de forma a garantir a plenitude e correção dos dados.</p> <p>Adicionalmente, realizamos ainda os seguintes procedimentos, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • realização de diversos procedimentos analíticos, nomeadamente envolvendo análise de evoluções mensais, análise de rácios de receita sobre compras, comparação de rácios com os verificados em exercícios anteriores; • para uma amostra de contratos, selecionados de acordo com critérios qualitativos e quantitativos, realizamos uma avaliação dos mesmos, verificando que os mesmos se encontravam devidamente contratualizados e acordados com os respetivos fornecedores; • para a amostra acima referida, efetuámos o recálculo dos valores de desconto implícitos por contrato, realizando o seu confronto com os registos contabilísticos do Grupo e, quando aplicável, validamos igualmente os dados de compras usados no processo de cálculo; • para a amostra acima referida, validamos a adequacidade do tratamento contabilístico dado aos referidos contratos; • selecionamos ainda uma amostra específica sobre contratos cujo valor do rendimento se encontra especializado no final do exercício, validando a contratualização e acordo com o fornecedor e adequacidade da especialização efetuada. Adicionalmente,
--	---

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>maioritariamente diário e automático com base nas referidas tipologias de acordos.</p> <p>Dada a materialidade dos montantes em análise, e os julgamentos implícitos no processo de registo dos contratos estabelecidos com os fornecedores, consideramos existir um risco de que os contratos não se encontrem devidamente formalizados com os fornecedores ou que os mesmos não estejam corretamente relevados nas demonstrações financeiras do Grupo conforme as políticas contabilísticas utilizadas.</p> <p>Desta forma consideramos que este assunto é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>efetuamos ainda procedimentos específicos de validação do correto corte de operações, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados;</p> <ul style="list-style-type: none"> • adicionalmente efetuamos procedimentos com o objetivo de identificar transações não frequentes, nomeadamente as que pelo seu quantitativo ou frequência não estão de acordo com o padrão habitual de registo ou ajustamentos manuais ao processo de reconhecimento de receitas. Para essas situações, efetuamos uma amostra de maior dimensão, atendendo ao maior risco de distorção, e validamos a natureza dos mesmos, obtendo justificação para o seu registo não ter seguido o processo habitual de reconhecimento de receita, bem como suporte para o seu reconhecimento como proveito. <p>Para além dos procedimentos acima descritos, solicitamos a confirmação de saldos e outras informações para uma amostra de fornecedores do Grupo, selecionados de acordo com a sua relevância nas compras do Grupo, mas também tomando em linha de conta critérios qualitativos identificados pela equipa de auditoria. Analisamos, quando aplicável, a reconciliação entre a informação constante nas respostas obtidas e os registos contabilísticos do Grupo.</p>

Imparidade de inventários

(Notas 2.10 e 14 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme referido na Nota 14, a 31 de dezembro de 2017, o Grupo Sonae Investimentos detém, aproximadamente, 713 milhões de euros registados na rubrica de Inventários, sendo que a análise do valor de recuperação de inventários é necessariamente uma área de julgamento significativa, e cuja complexidade é incrementada pelo facto de tais inventários estarem dispersos por mais de 1.300 lojas e por diversos entrepostos, bem como pelo facto do Grupo operar em diversos setores de retalho, desde retalho alimentar, eletrónica, vestuário e desporto.</p> <p>A definição de um critério de identificação de itens que possam ser classificados como obsoletos ou de rotação reduzida e consequentemente o seu valor líquido de realização possa ser inferior ao seu valor de custo, assim como os critérios de ajustamento definidos, são uma área de julgamento significativo. Desta forma consideramos que a imparidade de inventários é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria compreenderam a análise do processo de valorização de inventários realizado pelo Grupo, verificando a sua adequação com o normativo contabilístico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisamos os critérios definidos pelo Grupo para a identificação de itens com rotação reduzida ou obsoletos, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir os valores de inventários ao seu valor de realização; • Testámos a eficácia operacional dos controlos estabelecidos pelo Grupo no que respeita a inventários, incluindo a correta integração dos sistemas de informação envolvidos e os controlos informáticos aplicáveis a esses sistemas; • Obtivemos do Grupo Sonae Investimentos a sua análise interna sobre o critério definido, realizado através do confronto dos critérios estabelecidos face à informação histórica recente; • Efetuamos testes à correção aritmética da aplicação do critério providenciado.
--	---

Contingências fiscais

(Notas 2.11, 2.13, 2.14, 32 e 34 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas)

<p>Conforme descrito na Nota 34, o Grupo mantém um conjunto de posições fiscais incertas em Portugal a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes para os quais, a esta data, se encontram providenciadas garantias ou fianças de montante superior a 950 milhões de euros (as quais consideraram para além do tributo o valor de outros encargos estimados), parte das quais (532 milhões de euros) relativas a processos em tribunal relativos a liquidações adicionais de Imposto sobre Valor Acrescentado ("IVA").</p> <p>A classificação da litigância em concreto como passivo contingente ou como provisão bem como a sua mensuração são matérias que envolvem um grau elevado de julgamento e de incerteza, pelo que existe o</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais, e com o apoio dos nossos especialistas fiscais, incluem os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Obtivemos do departamento fiscal corporativo do Grupo, e para a subsidiárias significativas do Grupo, uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação de contingência; • Para uma amostra de situações existentes, com base em critérios qualitativos e quantitativos: <ul style="list-style-type: none"> ◦ obtivemos a documentação dos processos em análise; ◦ efetuamos uma análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais, avaliamos as reclamações efetuadas pelo
--	--

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>risco da classificação assumida, e/ou das estimativas registadas virem a revelar-se inadequadas e as provisões conterem erros materiais, pelo que consideramos que esta área é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Grupo e as contestações, no caso de processos que já se encontram em Tribunal;</p> <ul style="list-style-type: none"> o debatemos os pressupostos e argumentos que sustentam o posicionamento do Órgão de Gestão; o efetuamos a avaliação dos pressupostos assumidos pelo Grupo na classificação da contingência com base em evidência e correspondência existente relacionada com esses processos. <ul style="list-style-type: none"> • Procedemos à avaliação das divulgações sobre estas matérias.

Aplicáveis às demonstrações financeiras separadas:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Imparidade de investimentos financeiros em subsidiárias e associadas (Notas 3.1., 3.5.k) e 6 do Anexo às demonstrações financeiras separadas)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, nas suas demonstrações financeiras separadas, a Entidade detinha investimentos financeiros mensurados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, no montante de 1.636 milhões de euros.</p> <p>Conforme referido na Nota 3.5.k), a Entidade, à data de cada demonstração da posição financeira, avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos investimentos financeiros em subsidiárias e associadas, calculando a estimativa de perda de imparidade, se aplicável, com base na estimativa de justo valor da subsidiária ou associada em análise, com base na avaliação efetuada através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos líquidos, conforme aplicável.</p> <p>Tendo em vista a relevância dos ativos em análise para as demonstrações financeiras separadas e bem assim o nível de estimativas envolvidas consideramos esta área como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Ao nível das demonstrações financeiras separadas o nosso exame da correção do teste de imparidade dos investimentos financeiros em subsidiárias e associadas, mensuradas ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade, conforme referido nas Notas 3.5 k), e 6 das demonstrações financeiras separadas em 31 de dezembro de 2017, baseia-se no trabalho efetuado ao nível dos testes de imparidade de Goodwill para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas bem como na análise da exatidão aritmética dos testes efetuados e análise dos restantes pressupostos utilizados e metodologias seguidas.</p> <p>Analisamos a adequação das divulgações efetuadas.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e os seus fluxos de caixa consolidados e separados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade e do Grupo em se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade e do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de

auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo referiu no seu relatório de gestão que a empresa-mãe Sonae, SGPS, S.A. incluiu a informação não financeira no seu relatório de sustentabilidade, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, o qual foi já publicado no seu sítio na Internet.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de maio de 2002 para um primeiro mandato completo compreendido entre 2002 e 2005, e que foi sucessivamente renovado. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2014 para o mandato em curso que decorre até 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas e separadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade e ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de abril de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Miguel dos Santos Figueiredo, ROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou seis reuniões, cinco das quais presenciais, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, pronunciou-se favoravelmente sobre a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

Nos termos da lei e da sua política, o Conselho Fiscal deu cumprimento ao disposto na al. f) do n.º 3 do art.º 3º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e no artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, tendo organizado um processo de seleção alargado, isento de qualquer influência externa, e livre de qualquer cláusula contratual do tipo referido no n.º 6 do mencionado dispositivo legal, que culminou na elaboração de uma proposta de eleição a apresentar à Assembleia Geral Ordinária.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação V.2 da CMVM, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações da CMVM II.2.1, II.2.2, II.2.3, II.2.4 e II.2.5, relativas ao Governo das Sociedades. Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos referidos dispositivos.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo analisado que o mesmo contém os elementos referidos no art.º 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão, incluindo o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão;
- b) As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no art.º 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Matosinhos, 30 de abril de 2018

O Conselho Fiscal

Armando Luís Vieira de Magalhães

António Augusto Almeida Trabulo

Maria José Martins Lourenço da Fonseca